

B-633
O desânimo é uma palavra que tem de ser banida do vocabulário nacional.

MÁRIO SOARES
(10-5-78)

ANO XXVI 18-5-1978
(Preço avulso: 5\$00) N.º 675

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Mata, 20
Telef 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barras

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
LOULÉ
Telef. 62536



PORTE PAGO

A Voz de Loulé

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

PRIMEIRO GRANDE PASSO:

Aprovado o projecto da Universidade do Algarve

No plenário da Assembleia da República foi no passado dia 4 do corrente aprovado por unanimidade o projecto-lei da criação da Universidade do Algarve, apresentado pelo deputado José Vitorino, em representação do grupo parlamentar do PSD.

Toda a Imprensa diária deu o devido destaque ao acontecimento e ocupou-se a conceder espaço às apreciações de pormenor e reservas que precederam a decisão final traduzida, como acima frisamos, por aprovação uníssona, o que representa (há que igualmente assinalar) uma notória convergência de consensos incidentes no conteúdo de fundo do referido projecto, o qual propugna, culminantemente, o «ensino de grau universitário» no Algarve.

Por aqui se pode chegar à conclusão de que o pluralismo democrático, desde que orientado para a relevância de problemas de carácter nacional e mesmo regional, deve sublimar-se a si próprio, como aliás aconteceu, colocando à margem das resoluções mais con-

sentâneas quaisquer resquícios de rivalidade sectária.

Neste caso o seu funcionamento (o funcionamento do pluralismo político no seio da Assembleia da República) foi sintomático e de algum modo paradigmático.

O problema que o grupo parlamentar do PSD chamou muito sagazmente a si (outro o poderia ter feito), transcende como é óbvio a fronteira prosélita e é dos tais que se inscreve, como muitos (continua na pág. 9)

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO CRISTÓVÃO GUERREIRO NORTE em defesa da Universidade Algarvia

Além do deputado José Vitorino, outro deputado do PSD, Cristóvão Guerreiro Norte, produzia, durante os trabalhos da Assembleia da República do passado dia 4, uma vigorosa intervenção a favor da instalação do ensino superior do Algarve.

Impossibilitados em transcrever no todo, o que lamentamos, a sua exposição, não queremos deixar de respeitar a sua conclusão, que assume se pode dizer o tom de uma vibrante exortação:

Senhor Presidente
Senhores Deputados
A criação da Universidade do Algarve contribuirá, certamente, para que os algarvios se encontrem consigo próprios, tomem nas suas mãos o seu destino, identificando mais cabalmente o seu pa-

trimónio cultural, a imensa riqueza material e espiritual ali existentes, para que de uma forma livre e consciente coloquem o Algarve a desempenhar o papel que (continua na pág. 5)

Alcançar Lisboa em linha tão recta quanto possível e no mais curto espaço de tempo sempre tem sido o grande sonho dos algarvios.

Devido à extensão do seu projeto de contexto analítico, mau grado nosso, vemo-nos compelidos a inserir a parte final e essencial da sua intervenção, que se prende com o tipo de ensino,

localização e considerando deradeiros que culminaram a tese apresentada.

É este o teor acima aludido, que aqui muito gostosamente arquivamos:

TIPO DE ENSINO

Quanto a este aspecto, como se deixou dito atrás, o Projecto de Lei aponta, entende o PSD que o mesmo terá de ser de «grau universitário» e nunca e apenas, o ensino superior curto que alguns dizem ser suficiente. É que, embora admitamos que este tipo de ensino possa ser útil, teremos de o encarar e m-

(continua na pág. 2)

A EDP do Algarve prontifica-se a esclarecer os condicionamentos das instalações eléctricas

(VER PÁGINA 3)

LOULÉ - SALIR - LISBOA JÁ TRANSITÁVEL UMA NOVA ESTRADA ATRAVÉS DA SERRA DO ALGARVE

Ao longo de décadas esse velho sonho tem sido mais ou menos concretizado, tanto através da abertura de novas estradas, como ainda em consequência da melhoria dos transportes utilizados.

A serra do Algarve tem sido o maior obstáculo a que se estabeleçam ligações rápidas e eficientes com a Capital.

No entanto, a longa caminhada através dos sinuosos caminhos da serra vai sendo vencida à custa de muito trabalho, persistência e dinheiro.

Agora, por exemplo, soubemos que acaba de se completar a terraplanagem de mais um troço de Estrada Municipal entre a Beira do Pé do Coelho e Malhão na extensão de 2,5 quilómetros, o que permite, com facilidade, alcançar a Serra Chã. O grande problema tem sido galgar aquele lugar, o que até à pouco foi extremamente difícil dado o acentuado desnível do terreno.

Segundo nos consta, o cuidadoso estudo da obra permitiu ven-

(continua na pág. 5)

«DOU TESTEMUNHO PESSOAL DAS DESPERDICADAS TENTATIVAS FEITAS PARA SALVAR ANGOLA DO DOMÍNIO SOVIÉTICO!»

«OS ERROS QUE SE PRATICARAM TÊM MENOS IMPORTÂNCIA DO QUE A TEIMOSIA CEGA QUE LEVA A PERSISTIR EM ALGUNS OU MUITOS DELES.»

Palavras do Almirante Pinheiro de Azevedo no comício do PDC realizado no dia 7 de Maio - 1978.

Quarteira sob o visor das nossas atenções

Numa compilação de informações e esclarecimentos obtidos na Câmara Municipal de Loulé, subscrita por mim em 20/Abr/78, sob o apelativo em epígrafe («Quarteira — sob o visor das nossas atenções»), lavrei logo de início

uma ressalva, salientando a posição em que me colocava: a de não procurar envolver-me em questões polémicas, nem procurar dirimir diferenças que me eram inteiramente alheias, não me atraíram (continua na pág. 7)

HOSPITAL DE LOULÉ E SUAS LIMITAÇÕES APRECIADAS PELA RESPECTIVA COMISSÃO INSTALADORA

Sabedores das limitações e dificuldades com que o Hospital de Loulé se debate para dar cumprimento à missão que lhe está cometida, entrámos em contacto com o sr. dr. Fernando Inês, que faz parte integrante da respectiva Comissão Instaladora, apresentando-lhe um questionário o qual deu origem a explanações e esclarecimentos de diversa ordem, escravidoras de inteira divulgação.

Sendo a problemática do Hos-

pital de Loulé igual à de muitos outros estabelecimentos congêneres espalhados pelo País, entendemos, dadas as complexidades envolventes, dar ensejo a quem melhor as pudesse enunciar, esclarecendo portanto a opinião pública que, muitas vezes, tem uma ideia imprecisa ou deformada das realidades.

Cabe-nos agradecer na pessoa do sr. dr. Francisco Inês, à Comissão Instaladora do Hospital de (continua na pág. 5)

DIA DA MÃE - DIA 28 DE MAIO

Pela Dr.ª Idália Farinho Custódio

celebração de um dia anual em que os filhos testemunhassem o amor a suas mães.

Não sou a norte-americana Anna (continua na pág. 9)

ASSIM VAI QUARTEIRA!

DIZ-SE E NÃO SE CUMPRE

INCAPACIDADE, incompetência e desleixo, palavras do Sr. Presidente da República em 25 de Abril. Um pouco por toda a parte, diz-se mas não se cumpre, ou (continua na pág. 5)

O Algarve enriquece Portugal

A AGRICULTURA (1)

Na presente conjuntura nacional, um dos factores mais negativamente influentes tem sido o abandono a que se tem votado a agricultura ou, ainda pior, o aproveitamento político do sector agrícola para fins que nada têm a ver com o desenvolvimento de uma das mais importantes actividades económicas e com o bem estar social daqueles que a ela se dedicam. Ao longo dos anos sempre

(continua na pág. 9)

TESE PRÓ-UNIVERSIDADE DO ALGARVE

(continuação da pág. 1) pre como uma forma de ensino «supletivo». Por isso, «o Partido Social Democrata diz claramente não ao Ensino Superior curto como forma de, mais ou menos subrepticiamente, se substituir o Universitário», procurando «tapar os olhos» e «calar a boca» às populações de determinadas regiões, mantendo assim a discriminação que na prática ainda hoje continua a existir (sem que muito se tenha feito para a alterar) entre «regiões de primeira» e «regiões de segunda», no tocante ao ensino. Claro que isso seria melhor do que nada, mas, «o PSD entende, parece que ao contrário de outros, que o nosso País não se pode limitar a fazer uma política e a ter um futuro do «melhor que nada» e, por isso, lutamos e lutaremos neste como noutras domínios, por soluções que alteram profunda e positivamente a sociedade Portuguesa.

Concluindo, «defendemos no Algarve a existência de uma Universidade». E, a propósito, convirá referir que, quando, no Projecto, nos referimos a Instituto Universitário damos-lhe o mesmo entendimento que Universidade mas, como parece que isso levantou certas dúvidas já entegámos na mesa uma proposta de alteração do Artigo 1.º no sentido de em vez de, «Instituto Universitário» passar a ser «Universidade».

LOCALIZAÇÃO

No que respeita à «localização» da universidade, reitero o Projecto de Lei por nós apresentado que terá a sua «sede em Faro», atendendo a que é o centro urbano mais central da Província, mas, ao mesmo tempo, justifica-se que sejam previstas «delegações» ou «departamentos» quer para Barlavento quer mais para Sotavento, conforme proposta de aditamento já proposta por por nós.

CURSOS A MINISTRAR

Em matéria de «cursos a ministrar» e localização concreta dos estabelecimentos, fixadas algumas linhas gerais assentes nos dados de facto que se referiram, deverá caber à Comissão Instaladora, em colaboração com os representantes democraticamente eleitos na região para os diversos órgãos, e demais forças económicas e sociais, analisar, equacionar e decidir sobre as soluções definitivas a adoptar.

Senhor Presidente
Senhores Deputados

Perante tão forte e justificado leque de razões, é claro e evidente que, para além de acertos de pormenores, a resposta e votação em relação ao Projecto de Lei do PSD propondo a criação do Ensino Superior Universitário no Algarve, não deviam de imediato ter os outros que não fossem as que levassem afirmativamente à sua concretização. Mas ainda assim, e para espanto de todos e, até com um certo não acreditar nalgum que se ouvia, eis que, inicialmente os representantes do PS e CDS a argumentar e a pro-nunciar-se contra a criação da Universidade do Algarve.

Mas porquê uma tal atitude? Que razões serviam de suporte a tão injustificada posição?

Será de assinalar desde já que, devido à fraca consistência e creio que até falta de convicção das razões que apontavam, elas iam variando, o que, se por um lado, revelava falta de segurança e até, por vezes, desconhecimento das realidades, por outro, demonstrava a preocupação de arranjar uns argumentos quaisquer para «justificar aquilo que ao fim e ao cabo não tinha justificação»: UMA RESPOSTA NEGATIVA.

Afirmavam e apontavam para as «dificuldades financeiras» e para a «falta de docentes» (quanto a nós, não impeditivos desde que se faça um planeamento adequado); para «o mau funcionamento das actuais Universidades»

(fator que, pelo contrário, deve levar a que se criem novos centros); para o facto de «não se deverem «espalhar» Universidades como se «espalham» escolas» (grave afirmação esta, se se atender ao que atrás disse quanto a razões justificativas da sua criação); para que bastaria a «concessão de bolsas de estudo» (para nós insuficiente pois que provocaria injusta desigualdade no acesso aos que vivem próximo e afastados dos centros Universitários, ao mesmo tempo que muitas regiões caso do Algarve, jamais beneficiariam dos «polos de irradiação» do saber que são as Universidades), etc.

De qualquer modo, os Deputados do Partido Social Democrata na Comissão de Educação sempre foram afirmando que certamente os representantes do PS e do CDS iriam rever as suas posições pois era por demais evidente que não estavam no caminho certo.

Isso felizmente acabou por acontecer, com o que nos congratulamos, o consenso agora está obtido e assim a Universidade do Algarve irá ser uma realidade.

Com frequência se ouve os Portugueses hoje dizerem que os Partidos é tudo a mesma coisa e acrescentam: «Uns estão no Governo e nada fazem, e outros

estão na Assembleia e também não evitam tal situação».

Em breve concretizar-se a aprovação do Projecto de Lei, que o PSD há cerca de um ano apresentou nesta Assembleia tendo em vista a criação da Universidade do Algarve.

Demonstra-se, assim, que esta Assembleia pode desempenhar um papel importante tomando decisões que a dignificam e dignificam o Povo que a elegerá. Por isso, o Partido Social Democrata faz uma especial chamada de atenção a todos aqueles que, frequentemente, subordinam o funcionamento da Assembleia da República a interesses partidários, ou de qualquer maioria, que dessa forma não estão a defender a democracia e as instituições mas, pelo contrário, a corroem e desprestigiá-las num processo em que o Povo Português acabará por ser a primeira e principal vítima.

Por isso, e a terminar, o Partido Social Democrata faz votos para que a aprovação do Projecto de Lei que cria a Universidade do Algarve possa, acima de tudo, ser o início de uma fase em que os interesses partidários e da maioria governamental não se sobreponham aos interesses gerais do País. Só desta forma seremos dignos, e mereceremos a confiança, de quem nos elegeu!

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, nº C-99, de fis 148, v. a 150, v., se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 5 do mês corrente, na qual Lucília Guerreiro dos Santos Velhinho ou só Lucília dos Santos Velhinho; com efeito,

cudos;

Que é titular da referida inscrição matrícia, incorretamente, só ela justificante Lucília Guerreiro dos Santos Velhinho e marido, Joaquim de Sousa, residentes no sítio da Portela, freguesia de Ameixial, concelho de Loulé, e Fernanda Guerreiro dos Santos, e marido, José Pacheco Rodrigues, residentes na povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores em comum e em partes iguais — ou seja em comum e na proporção de 1/2 para cada casal — e com exclusão de outrém, do seguinte prédio:

Rústico, constituído por uma courela de terreno arenoso, de semear, com árvores, no sítio do Semino, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, confrontando actualmente, do norte com caminho, do nascente com Francisco de Sousa Correia, do sul com herdeiros de Sebastião Martins Galo, e do poente com Francisco Pires Dourado, omisso na Conservatória do Registo Predial deste concelho, e inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número setecentos e dezoito, com o valor matrícia de quatro mil seiscentos e vinte escudos e a que atribuem o de quinze mil es-

culos que, pelo contrário, deve levar a que se criem novos centros); para o facto de «não se deverem «espalhar» Universidades como se «espalham» escolas» (grave afirmação esta, se se atender ao que atrás disse quanto a razões justificativas da sua criação); para que bastaria a «concessão de bolsas de estudo» (para nós insuficiente pois que provocaria injusta desigualdade no acesso aos que vivem próximo e afastados dos centros Universitários, ao mesmo tempo que muitas regiões caso do Algarve, jamais beneficiariam dos «polos de irradiação» do saber que são as Universidades), etc.

Que em face do exposto não têm eles justificantes possibilidade de comprovar o seu direito de propriedade perfeita, sobre o aludido prédio, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 8 de Maio de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, nº B-100, de fis. 35 a 36, v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual Joaquim dos Santos Faísca, e mulher, Gertrudes Severino Neto, residentes no sítio de Pereiras de Almansil, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém, do seguinte prédio:

Rústico, constituído por uma courela de terra de areia improdutiva, com árvores, no sítio de Pereiras, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, confrontando actualmente do norte com herdeiros de Inácio Correia, do nascente com caminho, do sul com herdeiros de Manuel Antonio Pires e do poente com herdeiros de Joaquim de Sousa, omisso na Conservatória do Registo Predial deste concelho, e inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número mil trezentos e oitenta e oito, com o valor matrícia de quinze mil e quarenta escudos e o declarado de doze mil escudos.

Que é titular da referida inscrição matrícia José Joaquim de Sousa, que foi residente no sítio do Poço da Amoreira, da freguesia de São Clemente, deste concelho, de quem o mesmo provém; — com efeito,

O prédio supra descrito, foi adjudicado e ficou a pertencer à viúva deste, Antónia de Jesus, que foi residente no aludido sítio do Poço da Amoreira, em pagamento da sua meação, na partilha meramente verbal e nunca reduzida a escritura pública, efectuada entre todos os herdeiros e interessados na herança aberta por óbito do referido José Joaquim de Sousa, em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e trinta e oito, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública; — sendo também certo,

Que desde a data da refeita doação, portanto há muito mais de trinta anos, sempre eles justificantes têm vindo a possuir o prédio supra descrito, em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também o adquiriram por usucapião; e

Que em face do exposto não têm eles justificantes possibilidade de comprovar o seu direito de propriedade perfeita, sobre o aludido prédio, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 8 de Maio de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

mil novecentos e quarenta e três; sendo também certo,

Que em dezembro de Janeiro de mil novecentos e quarenta e quatro, aquela Antónia de Jesus, viúva do referido José Joaquim de Sousa, vendeu ao ora justificante varão o prédio rústico supra descrito, que lhe havia sido adjudicado na partilha dos bens comuns do seu casal, dissolvido por óbito de seu referido marido, por escrito particular, que se extraviou e pelo preço de quinhentos escudos; e

Que desde a data da referida compra, portanto, há muito mais de trinta anos, sempre eles justificantes têm vindo a possuir o prédio supra descrito, em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo, por isso, a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também o adquiriram por usucapião.

Que em face do exposto não têm eles justificantes possibilidade de comprovar o seu direito de propriedade perfeita sobre o aludido prédio, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 10 de Maio de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

REABILITAÇÃO MASSAGENS

Telefone 62380 — LOULÉ.

LOTE

Lote de terreno para construção aprovado, troco ou vendo por apartamentos.

Nesta redacção se informa.

(3-3)

Oferece-se emprego

A vendedor, para trabalhar zona Alentejo-Algarve.

Nesta redacção se informa.

Verão Madeira 78

PARTIDAS SEMANAIS DE MAIO A OUTUBRO

EM MAIO E JUNHO

FÉRIAS ECONÓMICAS.

SURPRESA/BÔNUS TURALGARVE

UMA SEMANA DESDE ESC. 2.990\$00

INFORMAÇÕES E RESERVAS

EM LOULÉ

Praça da República, 98 - 100 — Telefs. 621 43 - 621 44

TURALGARVE

NOTAS SALIENTES DA ÚLTIMA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

(Conclusão do n.º anterior)

A discussão prolongou-se mais uma vez com a intervenção dos membros srs. Gregorio de Sousa («A Assembleia não está habilitada a informar o povo sobre este assunto; é a Câmara que deve pedir esclarecimentos e não ao gabinete técnico»); Pedro Martins (estou convencido de que se os outros membros apresentassem uma lista de problemas, muito extensa deveria ser essa lista»); Manuel Lima («deve nomear-se uma comissão para tratar do estudo ou levantamento dos problemas globais do Concelho e depois pedir ao gabinete técnico esclarecimentos»).

Perante o desenrolar dos pareceres e da reciprocidade das auto-criticas feitas, o presidente da mesa concedeu um intervalo durante o qual se chegasse a um consenso sobre esta questão.

Reinicados os trabalhos o membro do PS, sr. Gregório de Sousa frizou que frente às graves acusações dos membros de Quartelaria, o PS apoava a proposta do FEPU no sentido de ser nomeada uma comissão de análise para se inteirar dos casos assassinados. Para tanto alvitrou indigitar-se 2 membros do PS, 2 do PPD e 1 do FEPU.

O assunto suscitou nova troca de impressões que se pode dizer se generalizou e consumiu uma boa parte de tempo, vendo-se o presidente da mesa na contingência de marcar novo intervalo, findingo o qual foi sujeito à votação a proposta da FEPU atinente a nomeação de uma comissão de análise para averiguar de todos os casos do Concelho, a qual foi aprovada por maioria.

Coube depois ao membro sr. José Ferreira Torres, uma vez prorrogado o tempo das intervenções preliminares pedir esclarecimentos sobre o aumento das taxas, ao que foi esclarecido pelo sr. Centeno que os aumentos estavam dentro dos limites legais sancionados pelo Governo.

O membro sr. Manuel Lima, chamou a atenção para a desproporção das taxas aplicadas aos estabelecimentos e às bancas dos vendedores ambulantes, pelo que pediu para se rever este assunto.

Levantado o assunto este seguiu a sua marcha que mediante opiniões favoráveis e contrárias logrou a alteração alvitrada: a redução das taxas em benefício dos vendedores ambulantes.

Acerca dos problemas de trânsito de Almancil, falou por sua vez o seu representante alertando para as condições em que se processa. O vereador sr. Oliveira Carrapa adiantou que seria prematuro tomarem-se medidas antes

que o plano para essa zona fosse delineado.

Tomou corpo então o assunto relacionado com um aparelho de oxigénio que suscitou novos debates e novas interpelações, o qual se deu por encerrado quando o vereador sr. Oliveira Corrappa deu a conhecer de que a Câmara de Loulé colocaria uma ambulância, provida de aparelho de oxigénio, de prevenção em Quarteira para acorrer a qualquer emergência.

Depois vieram à baila outros mais assuntos, entre outros a captura de cães vadios e forma como são apanhados (a laço), hipóteses de canis noutras pontas do Concelho (Ameixial).

A Assembleia deliberou oficial à Câmara.

Para complementar a decisão tocante à comissão de análise foram indigitados os membros srs. Sousa Gregório, Carlos Serôdio, Manuel Lima, Pereira Pires e Manuel Faria, e estabelecidu que na próxima sessão da Assembleia seria presente o trabalho produzido.

Eram 19,55 horas quando se enfiou nos trabalhos inscritos na convocatória, ou seja perto de 4,30 horas do seu começo.

Esteve pois em apreço o Relatório da Gerência Camarária de 1977.

Como era de esperar alguns membros presentes pediram esclarecimentos designadamente os srs. Manuel Lima e Ferreira Torres que obtiveram explicações do secretário da Câmara, sr. Rui Centeno.

Afora outras interpelações e explicações que envolveram diversos membros, acerca de iniciativa de ordem cultural, o vereador, sr. Oliveira Corrappa elucidiu que a Câmara estava a preparar um relatório discriminativo das receitas e encargos apurados nas festas do Carnaval e do Verão e outras.

O membro Ferreira Pires indagou sobre as fórmulas de adjudicação dos trabalhos de empreitada.

Na deliberação final foi o Relatório de Gerência aprovado por unanimidade. Eram 20,30 horas.

Pelo membro sr. Manuel Lima foi apresentada uma proposta da Frente Eleitoral Povo Unido (antiga FEPU), para a formação do Conselho Municipal tendo indigitado a seguinte composição:

1 representante do pessoal da Câmara Municipal, 2 representantes dos Sindicatos, 1 representante das colectividades desportivas do Concelho em actividade, 1 representante das Associações de Moradores, 1 representante das Juntas de Freguesia, 1 representante das Sociedades Recreativas e Culturais do Concelho em ac-

tividade, 1 representante das Cooperativas de Produção, 1 representante de Associação dos Comerciantes, 1 representante das Associações Humanitárias, 1 representante das Associações dos Agricultores, 1 representante das Cooperativas Agrícolas, 1 representante das Casas do Povo, 1 representante das Cooperativas de Habitação e Consumo, 1 representante das Comissões de Trabalhadores.

O membro sr. Ferreira Torres após objecções aludindo à sua subposição que vai empurrar o funcionamento da máquina camarária e ao número elevado que a sua composição comporta e que comprometerá a sua funcionalidade, indagou, por outro lado, como é que seriam escolhidos os representantes dos organismos e colectividades.

Desenvolvido este aspecto da questão ficou-se que a Mesa formularia convites, cabendo às agremiações optar pelos seus representantes.

Por fim, sujeita a proposta a deliberação foi por maioria aprovada a constituição do Conselho Municipal, terminando com este acto os trabalhos da sessão.

No período concedido aos munícipes foi ventilada entre outras a questão das possíveis intervenções do público no período antecedente à ordem de trabalhos.

O presidente da Mesa, sr. Domingos Chagas sublinhou que o público é, durante os trabalhos da Assembleia um mero espectador, compreendendo-lhe manter-se apenas na atitude de testemunha,

Eram cerca de 21 horas quando se deu por definitivamente encerrada a Assembleia.

BREVE ANOTACÃO COMENTATIVA

Não queremos pôr em causa, evidentemente, a soberania da Assembleia em matéria de orientação seguida dentro das suas sessões, nem como aproveita, durante as mesmas, o tempo disponível.

A Assembleia, desde que não fuja ao âmbito do seu regimento, é dona e senhora das suas acções e da economia do seu tempo.

Não pode é furtar-se a reparos ou a críticas quando estas se tornam pertinentes.

A nosso ver não será descabido acentuar aqui a disparidade dos tempos consumidos nos dois períodos em que os trabalhos da Assembleia se repartiram.

Vejamos: a sessão teve início às 15,30 horas. Neste período, anterior aos trabalhos consignados na convocatória, embora tenha sido abordado um número razoável de assuntos, foram consumidas das 15,30 às 19,55 cerca de 4,25 horas. Em contrapartida o período que abrangeu os trabalhos da convocatória, acrescido do período concedido aos munícipes dado que a sessão terminou por volta das 21 horas, não chegou sequer atingir as 2 horas.

De referenciar que o presidente da mesa, sr. Domingos Chagas, cingindo-se às determinações do regimento que fixa o período preliminar em 2 horas, só anuiu ao prolongamento depois da Assembleia ter votado pela respectiva ampliação.

Até aqui tudo está certo, ou parece... Só que durante as quatro horas de duração do referido período se «desperdiçou» muito tempo em variadíssimos considerandos e discussões que não adiantaram nada em clareza e em eficiência aos trabalhos decorrentes.

Quererá isto dizer, por outras palavras, que devido à morosa actuação de alguns membros, que por vezes divagaram à margem dos temas por eles próprios tratados, que a Assembleia está ainda longe da ambicionada meta da objectividade.

J. C. Viegas

A EDP do Algarve prontifica-se a esclarecer os condicionamentos eléctricas das instalações

A EDP (Electricidade de Portugal) da zona do Algarve, entende a quem incumbe autorizar a abertura de roços para colocação de tubagem, através dos seus Serviços de Fiscalização, vai passar a enviar circulares a todas as pessoas que iniciem a construção de casas ou apeñem pretendendo fazer alterações nas suas instalações eléctricas a fim de lhes oferecer a sua colaboração para que sejam escrupulosamente cumpridas as normas de segurança impostas pelos regulamentos oficiais.

Todos os interessados podem pois contactar com os serviços da E. D. P. mais próximos e pedir esclarecimentos que entendam necessários, pois assim deixarão não apenas de correr o risco de serem autuados por fugas ao cumprimento da Lei, mas principalmente porque os utentes da

electricidade são sempre os mais beneficiados pelo correcto cumprimento das normas a que devem obedecer as instalações eléctricas.

Umas vezes por ignorância, outras por economia, que depois se revela falsa, há quase sempre uma certa tendência para reduzir a capacidade dos cabos condutores e depois, quando se instala mais um electrodoméstico, mais um ferro de engomar, etc., etc., rebentam os fusíveis, rebentam as instalações, as avarias acumulam-se, os gastos multiplicam-se, o perigo aumenta.

Quando se trata de proteger vidas e bens, todos devemos ter a preocupação de cumprir a Lei.

Por isso solicitamos a iniciativa da EDP, que esperamos contribua para evitar tanto descalabro existente.

A V O Z D E L O U L É

Cartas ao Director

Os ciganos

também são gente

Sou leitora e assinante de «A Voz de Loulé», a qual leio com muita atenção para me manter ao corrente dos acontecimentos da província Algarvia e do nosso querido Portugal. Como não sou escritora nem estudante peço a V. Ex.º que me corrija os erros ortográficos e ao mesmo tempo me publique esta carta toda porque não só o jovem Luís Pereira tem direito a isso. Eu também tenho.

Depois de ler diversos artigos nos nossos jornais, assim como no jornal «Primeiro de Janeiro», onde falam fazer isto e aquilo, etc., venho lembrar ao Sr. Andrade, actual presidente da Câmara de Loulé, que faça coisas diferentes dos outros presidentes, quer dizer, dos antigos presidentes. O sr. Bento Delgado, por exemplo, só conhecia as pessoas no momento que se entrava na farmácia para se comprar os remédios, de resto, quando se ia à Câmara por qualquer coisa tínhamos que arranjar um padrinho. Se se pedia um passaporte a resposta era esta: «Não. E se torna cá segunda vez mandar o prender».

Mas o Sr. António Andrade devia mandar fazer um Bairro para alojar as pessoas mais necessitadas e assim como por exemplo alojar os ciganos com rendas económicas e arranjar-lhes trabalho porquanto aqui em França os ciganos têm direitos como nós e beneficiam de assistência social. Assim, todos os 15 dias as assistentes sociais vão ver se têm as casas limpas.

Por outro lado, a Cruz Vermelha ajuda os mais necessitados. Ora Loulé, que é uma vila das mais importantes do Algarve, cheia de turistas, urbe onde há tanta gente que tem casas cheias de mobiliário, podia ajudar a fazer esta obra, seguida por todas as províncias, unindo-se na cruzada de bem-fazer aos ciganos.

Deve considerar-se que é a miséria que os faz desonestos.

Eles têm o mesmo direito de ser respeitados como outro cidadão;

eles já não são ciganos, eles são tão portugueses como nós.

Será caso que V. Ex.º não queria publicar esta carta? Creia Sr. Director que é de todo o coração que lhe escrevo. Já o sr. pensou quando chega o inverno e o sr. está deitado na sua cama cheio de conforto e muitas vezes sente frio, então os pobres ciganos debaixo de uma miserá-

vel tenda ou a dormir debaixo de uma ponte que frio não passam esses infelizes?

Todas as pessoas devem compreender o que é a humanidade e o que é o ser humano.

Que estas palavras entrem no coração de todas as pessoas e que o nosso país faça ver o que é a verdadeira democracia.

Com os meus cumprimentos para todos os leitores e assinantes que vão ler esta carta.

A bem da nossa Pátria.

Yvelins, 13-4-78

Pereira de Sousa

Criai-vos

e multiplicai-vos

Sr. Director:

Há dias, ao passar por uma das ruas de Loulé, deparei com uma matilha de barulhentos cães e ocorreu-me a bíblica frase de Jesus Cristo: «criai-vos e multiplicai-vos».

E eu creio, sr. Director, que esta frase se adapta perfeitamente ao actual estado da Vila de Loulé, pois eu acho que, pelo facto de o cão ser o melhor amigo do homem, ele deve proliferar abundantemente pelas ruas das nossas vilas e cidades.

E deve ser tratado quase como um animal sagrado, como o são as vacas na Índia.

Que importa que os cães ladrem e assustem quem passa nas ruas?

Que importa que ofereçam espetáculos deprimentes e perturbem o sono de quem quer dormir?

Que importa que mordam crianças e provoquem quedas de cães?

Que importa que sujem as ruas, as paredes e os pneus dos automóveis?

Pois não são os cães aqueles animais dóceis (para os seus donos) brincalhões e amigos dos homens cujo alarido dá graça e alegría às nossas ruas?

Agora, que já não há caixotes de lixo às portas para os cães chafurdarem, que sejamos todos a proporcionar aos simpáticos bichinhos uma alimentação mais frugal e a acarinhá-los, e fazermos, também, alguma coisa para que sejam cada vez mais a animar as nossas ruas, as nossas praças.

Por tudo isto, sr. Director, eu entendo que se deve aplicar aos cães a frase de Jesus Cristo: «Criai-vos e multiplicai-vos».

E que o nosso exemplo seja seguido.

UM AMIGO DOS ANIMAIS

FALECIMENTO

Com a idade de 77 anos faleceu há dias no Hospital de Portimão, onde se encontrava internado, o nosso prezado assinante e

Apartamentos em Quarteira

Vendem-se, com 3 assoalhadas, próximo da Garagem-Sacor, Telef. 62028 — LOULÉ.

APARTAMENTOS

Vendem-se apartamentos, por estrear, situados na Expansão Sul, com 4 assoalhadas, elevador, ampla cozinha, com os requisitos modernos.

Trata telef. 62482 — LOULÉ.

amigo sr. Manuel de Brito da Mana, antigo comerciante de vinhos da nossa praça, que deixou viúva a sr. D. Inácia de Brito da Mana, e era natural do Areeiro (Loulé).

O saudoso extinto era pai do nosso prezado amigo e dedicado assinante sr. Dr. Manuel Brito da Mana, médico em Portimão e irmão dos srs. José Martins de Brito da Mana, de Loulé e António Martins de Brito da Mana, residente no Areeiro.

A família enlutada endereçamos sentidas condolências.

Para o seu marido não sair de casa

Há várias razões que levam os maridos a sair de casa à noite. Se o quiser conservar junto de si, minha senhora, compre um Maple na CASA SIMÃO — Telefone 62210 — LOULÉ.

NOVOS ASSINANTES

Prova indesmentível da boa aceitação que «A Voz de Loulé» está tendo entre os seus leitores, evidencia-se no crescente número de pessoas que vêm até nós pedir a sua inscrição como assinantes.

Há também a reconfortante realidade da dedicação de conterrâneos nossos que sugerem aos seus amigos a aceitação da assinatura deste jornal e nos dão conta do seu endereço. Seria até muito interessante que esta ideia proliferasse com mais assiduidade. Lucraria «A Voz de Loulé» e também a nossa terra, pois o aumento das receitas é factor número um para se melhorar um jornal, dado que essa melhoria implica sempre um aumento de despesas.

E porque continuamos a contar com o apoio dos nossos dedicados assinantes, não podemos deixar de expressar publicamente os nossos mais sinceros agradecimentos aos que ultimamente se incluiram entre os que mais directamente proporcionam a este jornal as condições que são imprescindíveis para continuar existindo.

É portanto, com satisfação que publicamos mais uma relação dos seguintes novos assinantes:

Srs. Idalino Grosso, Canadá;

Casimiro Coelho, D. Belina Ramalho da Silva, U. S. A.; Manuel Pires Ramos, Queluz; Mário José Coelho Dias e Olávio G. Brazão, Boliqueime; José Francisco, Ameixial; Afonso Faisca Coelho, Brasil; Gentil Marques, José Norberto Correia Apolónia, Manuel dos Santos Barreto e Fernando Correia, Lisboa; Luís Filipe Rocheta Guerreiro Rua, Ricardo Gaspar Guerreiro e Artur Condinho Guerreiro, Loulé; D. Maria Madalena Pereira Santos e Carlos Neves Simão, Faro; António Silva Sousa, França; Manuel Guerreiro Inês, e Graciete Rosa Domingues, Salir; Eduardo Gomes da Costa, Albufeira; Germano Morgado Dias, S. Brás de Alportel; José Manuel Cabrita, Quarteira; José dos Santos Neto e Ramiro José Alves, Alemania; Quirino M. Santos, U. S. A.; Manuel Viegas, Faro; Laurentino Ponte, Canadá; Mealha António, França; Joaquim António Matos e José Viegas Justo, Loulé; Manuel Guerreiro Pereira, Dipl. Ing. Hans Schilling, Leonel de Sousa e D. Maria de Fátima António Sobral Quarteira; Victor Hugo M. Pereira, Alte; José Maria da Silva, Austrália; José da Silva Guerreiro, Ilídio Coelho Canastrá, Boliqueime; Fernando Carrusca Jacinto Uva, S. Brás; Vitoriano Rosa, Lisboa e Marcelino Manuel Santos Guerreiro, Cacém.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

— Deplorável omissão que nos cumpre ressalvar

No relato da reunião da Assembleia Municipal de Loulé, publicado neste jornal na sua edição de 11/Maio/78, por deplorável truncagem que nos cumpre relevar, foi a determinada altura inserido o seguinte:

«Estiveram presentes os vereadores srs. Oliveira Carrapa, João Simões e Cardoso Ralho. O presidente da Câmara sr. Andrade de Sousa não compareceu como habitualmente».

Ora não escrevemos isso. O que nós grafamos foi que o presidente da Câmara «não compareceu por motivo de doença».

Acontece realmente, aproveitamos agora o ensejo para referir que o presidente da Câmara de Loulé, sr. Andrade de Sousa, tem acompanhado sempre com assiduidade os trabalhos da Assembleia Municipal, neles colaboran-

do até de forma prestimosa, facultando sempre esclarecimentos que muito facilitam a percepção dos problemas camarários e consequentemente as resoluções daquele órgão deliberativo.

Acidentalmente, por motivo de doença, conforme acima aludimos, o presidente da Câmara, ficou impedido de comparecer, como habitualmente, à última sessão de Assembleia Municipal e, como tal, de proporcionar a sua valiosa achega consultiva.

Da truncagem havida, pedimos reiteradas desculpas.

J. C. Viegas

Aníbal Sancho

Alexandre

SOLICITADOR

Rua da Trindade, 12-1.º-Esq.
Tel. 24505 — FARO
(6-1)



SEBASTIÃO RODRIGUES
MARQUES

2 Anos de saudade

Sua esposa e filha recordam com saudade a data triste que assinala o 2.º aniversário da morte do seu ente querido e comunicam a todas as pessoas amigas e de suas relações que, no próximo dia 30 de Maio, pelas 19,30 horas, será rezada missa na Igreja de S. Bebastião pela alma do seu saudoso extinto.

Antecipadamente agradecemos às pessoas que se dignem assistir a este piedoso acto.

SIEMENS SURDOS

UM SÍMBOLO DE QUALIDADE DE FAMA MUNDIAL

MOURATO REIS

Especializado em Acústica Médica na Alemanha

ATENÇÃO ALGARVE

CONSULTAS no dia 24 DE MAIO nas seguintes cidades, onde o especialista da nossa Casa faz a aplicação de prótese auditiva:

Em PORTIMÃO — na Farmácia Carvalho das 9 até às 11 h.

Em LOULÉ — na Farmácia Pinto às 12 horas.

Em OLHÃO — na Farmácia Rocha às 15 h.

Em FARO — na Farmácia Almeida das 17 até às 19 h.

LARINGES ELECTRÓNICAS.

Escrif. e Laboratórios em Lisboa:
Rua da Escola Politécnica (entrada
pela Calç. Eng. Miguel Pais, 56-1.º)



Ouvido Secreto

Quem dita medidas de austeridade não deverá dar exemplos de sobriedade?

Porque as medidas de austeridade se avolumam de dia para dia sem que os legisladores se convençam que para as impôr necessário se torna ponderar sobre a sobriedade de quem as impõe, a desconfiança dos governados nos governantes aumenta assustadoramente, pondo em risco a segurança social e economia das nossas gentes, visto os mais carentes se verem impossibilitados de vencer as dificuldades criadas pelo desequilíbrio entre o que ganham e o que compram.

Temos defendido, e agora mais que nunca há razões para defen-

der, que cessem de vez ordenados «chorudos» para uns e de miséria para outros. A sobriedade dos que compõem as classes mais favorecidas é algo que urge para o equilíbrio que se impõe, mas quem edita leis, regra geral, inclina-se para o lado dos mais favorecidos, dando origem a que se acentuem desequilíbrios sociais e económicos demonstrativos de que o espírito de justiça social está ausente senão de todos, pelo menos da maioria dos que presidem aos nossos destinos. Não é segredo que os políticos de ocasião, provocando greves com base em reivindicações nem sempre

justas, criam embargos à promulgação de leis que permitem mais justiça social, mas porque estou convencido que os descontentes diminuirão na proporção da sobriedade que venham a notar nos que ditam leis e seus equiparados em remunerações, oxalá tenhamos a dita de estudo que seja de molde a evitar desigualdades, que dêem nas vistas, como o Povo diz, entre as quais se figura de destacar 50 a 60 contos mensais para uns e cinco ou menos para outros.

J. Piscarreta

Baptistas & Farrajota, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

2.º CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria Odília Simão Cavaco e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 28 de Abril findo, lavrada de fls. 77 a 80, v.º, do livro n.º B-53, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre José Duarte Domingos Baptista, Luís Filipe Domingos Baptista e Manuel Leal Farrajota, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adopta a firma de «Baptistas & Farrajota, Lda», e tem a sua sede no Largo do Tenente Caabeçadas, n.º 27, na freguesia de S. Clemente, na vila e concelho de Loulé, podendo estabelecer sucursais, agências, filiais e escritórios noutras localidades, mediante deliberação da sua Assembleia Geral.

2.º — A sua duração é por tempo indeterminado, iniciando, hoje a sua actividade.

3.º — A sociedade tem por objecto, a indústria pecuária em geral e a avicultura em particular, a comercialização de qualquer espécie de galináceos vivos, comercialização de medicamentos e materiais para pecuária

em geral, comercialização de rações, assistência veterinária aos negócios efectivos, apoiada por pessoal qualificado e laboratório de apoio e podendo ainda dedicar-se a outros negócios, desde que seja aprovado em Assembleia Geral.

4.º — Para a prossecução dos seus fins, poderá a sociedade cooperar e receber cooperação doutras empresas congénères, desde que expressamente deliberado pela maioria dos sócios e nisso acordem por escrito.

5.º — O capital social é de 1 000 000\$00, integralmente realizado em dinheiro e entrado na Caixa Social, correspondendo à soma das quotas dos sócios e que são as seguintes: — uma de 250 000\$00 do sócio José Duarte Domingos Baptista; uma de 250 000\$00 do sócio Luís Filipe Domingos Baptista e uma de 500 000\$00, do sócio Manuel Leal Farrajota.

6.º — Poderão haver prestações suplementares de capital, podendo os sócios fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer para o desenvolvimento das operações. Neste caso, serão previamente fixadas em Assembleia Geral e ficarão constando na respectiva acta as importâncias correspondentes, os juros e as condições de reembolso.

7.º — Poderão os sócios ceder a estranhos, no todo ou em parte, a sua quota com autorização dos restantes sócios, que terão sempre o direito de preferência na sua aquisição, excluindo-se os casos de herança.

8.º — O capital social poderá ser aumentado desde que a estrutura e conjuntura o justifiquem, por deliberação da Assembleia Geral.

9.º — A Assembleia Geral reunirá obrigatoriamente uma vez por ano e sempre que convocada pelos gerentes ou maioria dos sócios.

10.º — Compete à Assembleia Geral:

a) aprovar e deliberar sobre a aprovação de balanços.

b) empreendimentos de novas actividades.

11.º — Qualquer Assembleia, para deliberar validamente, deverá ter a presença ou a representação dos sócios aos quais pertença a

maioria absoluta do capital social.

12.º — A Assembleia será convocada por carta registada, dirigida a todos os sócios com a antecedência mínima de oito dias da data marcada.

13.º — A Administração de todos os negócios sociais será exercida por todos os sócios desde já nomeados gerentes, sem necessidade de caução; os sócios gerentes podem delegar os poderes de gerência a outro sócio ou a estranhos, mas para isso carecem da anuência da sociedade.

§ único — O sócio gerente Manuel Leal Farrajota, fica desde já a gerir todos os assuntos correntes da sociedade.

14.º — 1. A sociedade fica obrigada pela assinatura apenas de qualquer sócio gerente.

2. A representação da sociedade em juízo ou fora dele é atribuída aos sócios gerentes os quais poderão nomear procurador, que os represente na sua qualidade de gerente.

15.º — Fica vedado aos gerentes assinar em nome da sociedade quaisquer lettras de favor, fianças, abonações ou assumir obrigações ou responsabilidades estranhas aos interesses da sociedade.

16.º — O ano social coincide com o ano civil.

17.º — Anualmente será dado balanço, com referência a 31 de Dezembro e os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem mínima de cinco por cento, para o fundo de reserva legal, serão aplicados conforme deliberação da Assembleia Geral.

18.º — Em caso de dissolução desta sociedade serão liquidatários todos os sócios e será obrigatória a licitação em globo do activo social com a responsabilidade do respectivo passivo, desde que todos os sócios, por unanimidade assim o resolvam ou que um dos sócios assuma individualmente as responsabilidades inherentes.

Está conforme.
Secretaria Notarial de Loulé, 3 de Maio de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

O HOSPITAL DE LOULÉ E AS SUAS LIMITAÇÕES

(continuação da pág. 1)
Loulé, o depoimento que nos foi presente, em resposta.

Aqui seguem portanto as perguntas e respostas desenvolvidas acerca dos problemas do Hospital de Loulé:

1. — Há tempos este jornal, através de cartas de leitores que lhe foram endereçadas, levantou a questão da maternidade. Na circunstância apontou-se o caso de parturientes louletanas, que em face às carencias evidenciadas pelo Hospital local, recorram com frequência ao Hospital de Faro. O facto, que implica obviamente com o índice de natalidade de Loulé, suscitou, antes, vários reparos que se subscreveram sob a epígrafe «Loulé sem louletanos». Por indagação nossa viemos a apurar que o não funcionamento de uma maternidade em condições operacionais no Hospital de Loulé, à altura de dar resposta às solicitações, depende de estruturas de certo modo complexas, a providenciar em exclusivo pelos Serviços Clínicos. Em face, portanto, à grande necessidade que representa a falta de uma maternidade aqui em Loulé, concelho vasto e com um agregado populacional avultado, indaga-se à Comissão Instaladora se diligenciou, alguma vez, junto dos Serviços Médicos, a sua criação e integração no Hospital local?

No caso positivo, que empenhos tem desenvolvido, qual a situação actual do assunto e que reacção tem provocado dos Serviços Médicos?

A sua pergunta, aparentemente muito simples, não posso dar uma resposta linear, na medida que ela envolve múltiplos aspectos. Vou tentar uma síntese o mais curta possível. Há uns anos atrás os então Serviços Médico-Sociais da Caixa de Previdência estabeleceram uma classificação dos diversos hospitais pelo País fora, de idóneos e não idóneos para serviços de Obstetrícia. O critério então utilizado foi o de possuir ou não enfermeiras-parteras. Nos hospitais cujos quadros de enfermagem não dispusessem de parteiras, as parturientes não poderiam ser admitidas sob responsabilidade financeira da Previdência. Era este o caso do hospital de Loulé. Daqui nasceu uma situação que se foi progressivamente agravando, já que hoje mais de 90% da população portuguesa beneficia dos S M S.

Novo factor de agravamento desta situação que, em meu entender, se deve considerar inaceitável, surgiu com a oficialização dos hospitais das Misericórdias, hoje hospitais concelhos, introduzindo um esquema de assistência médica que ainda mais veio distorcer não só esta lamentável situação, como ainda veio criar outros problemas cujos reflexos na população utente do hospital são, quanto a mim, profundamente negativos.

Antes da oficialização, todas as parturientes eram admitidas no hospital de Loulé. Depois daquela oficialização, por motivos que se prendem com o facto dos policlínicos não se dedicarem, regra geral, àquele ramo de medicina, e com o regime de voluntariado em que ali prestam serviço os médicos residentes onde não existir um responsável médico oficial pelo serviço de Obstetrícia. Nestas

circunstâncias só ali são admitidas as parturientes cuja hospitalização se processse com base na responsabilidade directa do seu médico assistente, que logicamente lhe irá prestar toda a assistência necessária.

Para finalizar a resposta à pergunta que há pouco me fez, quero apenas acrescentar que para funcionar, um serviço de Obstetrícia no Hospital de Loulé, ou outro hospital qualquer, são necessários três pressupostos: a definição dum política de saúde nacional, e necessariamente neste contexto, das atribuições do hospital concelho, onde poderá vir a caber, ou não, a assistência ao parto; a criação e preenchimento de quadros técnicos hospitalares com pessoal especializado, e ainda, finalmente, o equipamento técnico indispensável ao funcionamento deste tipo de serviço.

Como vê, são problemas que ultrapassam, em muito, as boas vontades duma Comissão Instaladora. Posso-lhe acrescentar que temos feito frequentes contactos com a Administração Distrital dos Serviços de Saúde de Faro, para resolução deste e outros problemas que nos preocupam, mas que a despeito dos esforços e boas vontades, pouco têm adiantado, dado que o que está em causa não é um mero problema local deste ou daquele hospital, mas antes um problema de âmbito nacional que se terá de inserir numa reestruturação total dos serviços de saúde.

2. — Têm chegado algumas queixas a este jornal, entre estas e na forma de uma carta (que não chegámos a publicar), a de uma emigrante algarvia, nossa assinante, que por força de doença contraída durante a sua estadia nesta terra, foi internada no Hospital de Loulé. Na dita carta a signatária faz menção de limpeza, «colchões podres» nas camas, na falta de conforto e modernização, na deficiente mudança de lençóis, na carência de apetrechos de ajuda ao pessoal em serviço, que embora atencioso é sobreexigido com trabalhos manuais, no pagamento de 5\$00 nas visitas aos doentes, na falta de assistência médica junto dos doentes (com exceção do dr. Batalim, que no seu dizer «todos os dias a vai visitar»).

Que diz a Comissão Instaladora destas queixas?

— Ora aí está um tipo de queixa a que nós, Comissão Instaladora, nos poderíamos associar, e endossarmos todos em conjunto, às entidades governamentais responsáveis pela Saúde neste pobre país. É evidente que não me refiro ao colchão «pôde». Presumo que a senhora que dirigiu a carta à «Voz de Loulé» deverá ter visto um, ou até vários, colchões manchados, o que é inevitável como consequência das sucessivas operações de higiene que são feitas aos doentes na própria cama, de tratamentos em que se utilizam solutos diversos, medicamentos, soro, etc., que ao mais pequeno descuido mancham as roupas das camas e naturalmente os colchões, embora estes estejam normalmente protegidos com resguardos impermeáveis, o que só por si não justificaria a sua inutilização sistemática. Queria-me referir, sim, era ao aspecto de degradação não só dos edifícios como dos diversos equipamentos hospitalares, cujo panorama a ni-

vel nacional é cada vez mais desolador, atingindo, por vezes, níveis que ninguém poderá aceitar. Aliás não se esqueça que os edifícios hospitalares são hoje imóveis do Estado, e eu poderei perguntar-lhe qual é a sua opinião sobre a grande maioria das repartições públicas que nós conhecemos, o problema é precisamente o mesmo, simplesmente quando se trata de problemas de saúde, nós somos mais exigentes. Terei portanto que lhe dizer que estou inteiramente de acordo com a opinião dessa senhora. Os nossos hospitais estão hoje antiquados, e o que é mais grave ainda, acusam todos, maior ou menor grau de degradação pelas grandes dificuldades que sentimos para a sua conservação. Para além do problema da disponibilidade de verbas, acresce a dificuldade no recrutamento dos serviços de apoio. Como bem poderá imaginar num edifício com a dimensão dum hospital, temos quase diariamente necessidade de serviços de reparação de diversos sectores, como de electricidade, canalizações, carpintaria, pedreiro, etc. Na maioria das vezes andamos, como se costuma dizer, de chapéu na mão a pedir a este e aquele, e na melhor das hipóteses, esperamos meses pela resolução de problemas simples, e outros há que vão aguardando eternamente. Como vê, as Com. Instaladoras, vêm-se envolvidas numa trama de dificuldades, cuja solução não está, na maioria das vezes, ao seu alcance, no entanto, surgem como responsáveis perante as populações utentes dos hospitais.

Creio que na sua pergunta se referiu ainda ao problema do pagamento de 5\$00 pela visita aos doentes. Posso-lhe responder que se trata duma prática corrente nos hospitais portugueses, cuja origem julgo filiar-se e vir dos tempos remotos em que todos os hospitais eram instituições particulares, portanto é, por assim dizer, uma tradição. Pessoalmente sou de opinião que hoje não tem já qualquer justificação e que provavelmente virá a desaparecer.

Relativamente ao que me perguntou sobre a eventual falta de assistência médica junto dos doentes internados, penso que há concerteza algumas falhas, o que será sempre lamentável. Algumas vezes a Com. Instaladora se tem debruçado sobre este problema. Para além das falhas sempre inerentes ao factor humano, e sem que a minha intenção seja «tapar» essas falhas, convém, no entanto, esclarecer que o facto de não existirem quadros médicos privativos e portanto vida médica hospitalar intensiva, por outro lado ainda a vida profissional individualizada da maioria dos médicos, conduz a que a visita ao doente internado seja irregular e a sua assistência seja função da gravidade da doença. Deve também lembrar-se que pertence ao sector de enfermagem a incumbência da administração dos medicamentos que o médico prescreveu, independentemente da presença do clínico.

Queria apenas acrescentar que hoje cerca de duas dezenas de camas do hospital de Loulé estão ocupadas por pessoas que nem sequer estão doentes, algumas delas permanecem ali asiladas há 3, 4 e 5 anos, o que é um problema muito grave. É evidente que estas pessoas não necessitam de qualquer assistência médica, necessitariam sim era da assistência que outros organismos sociais lhes poderiam oferecer, mas que infelizmente quase que não existem no nosso país, ou até ainda nalguns casos da assistência dos próprios familiares que ali os deixam abandonados e desprezados, e que, não obstante, se permitem não raras vezes, em visitas esporádicas, ou por cartas, fazer objecções de varia ordem.

(Continua no próximo número)

Intervenção do deputado Cristóvão Guerreiro Norte

(continuação da pág. 1)
Iha compete na reconstrução de Portugal.

Com a aprovação deste projeto-lei dá-se aplicação ao princípio constitucional da descentralização do Ensino Superior. Com a aprovação deste projeto-lei colmatam-se uma lacuna que tem constituído

do uma flagrante injustiça para com os algarvios. Com a aprovação deste projeto-lei dá-se satisfação a um dos mais antigos e profundos anseios do povo do Algarve!

E o Algarve merece ter a sua Universidade.

Loulé - Salir - Lisboa

(continuação da pág. 1)

car uma íngreme ladeira com um ligeiro declive, o que neste momento já possibilita a circulação de todo o trânsito para o interior da serra.

Com a conclusão deste troço de estrada, que tem merecido muita atenção da Câmara de Loulé, já é possível fazer uma viagem Loulé-Almodôvar passando por Salir embora a Cortinhola e o Mú ou Faleia o piso seja ainda em terrapleno. Entre o Talefe e Almodôvar está asfaltado, bem como entre Salir e Cortinhola.

Falta agora construir urgentemente uma nova Ponte do Pé do Coelho para que esta importante artéria fique em boas condições de utilização tanto na época de verão como de inverno.

Logo que seja construída a nova ponte e respectivo revestimento a maquedame e concluído um bocardo de 1 quilómetro entre a Cortinhola e a Ribeira do Pé do Coelho, já a camioneta da carreira (que faz o percurso até ao Montinho) pode prolongar até ao Melhão, isto é, mais 3,5 quilómetros, facilitando assim todo o interior daquela serra cujas populações têm vivido com as maiores dificuldades de acesso. Esses incansáveis trabalhadores também merecem ver atendidas as suas justas aspirações. Estas popula-

ções trabalham e vivem quotidianamente da agricultura e da pecuária; actividade tão excepcionalmente necessária nesta fase difícil que o país atravessa.

Esperamos que as entidades competentes atendam mais esta justa aspiração das gentes da serra — e que o façam no mais curto espaço de tempo possível.

Com trabalho e dinheiro das populações locais, havia sido construída uma ponte em madeira, mas foi destruída pelas últimas cheias.

Felizmente que as entidades oficiais tomaram rápidas providências e fizeram reconstruir a ponte também (e ainda) em madeira. Continua a ser uma ponte em madeira e, por isso, impõe-se que seja construída, urgentemente, uma ponte em alvenaria.

Entretanto, e apesar de ainda faltarem alcatroar 16 quilómetros de estrada, já é possível fazer uma viagem Loulé-Salir-Almodôvar — desde que não seja em tempo de chuva.

A ponte em madeira é um reduto e os 16 quilómetros são toleráveis.

Regozijamo-nos por mais este benefício com que se valoriza o Algarve e formulamos votos por que a Câmara de Loulé se esforce por concluir o trabalho que falta fazer — para encurtar a viagem Loulé-Lisboa sem as irritantes curvas da serra do Caldeirão.

Assim vai Quarteira!

(continuação da pág. 1)

tras vezes cumprê-se o que não se diz. A propósito, quem ainda se recorda da visita do Sr. Presidente da República ao Algarve? Aconteceu nessa visita, que um grupo de Pescadores de Quarteira, resolveu levar ao conhecimento do Sr. Presidente as suas justas aspirações.

Uma doca e até lá, a utilização da Marina de Vilamoura, como abrigo-refúgio, em caso de temporal e muito especialmente no inverno. Analizada a viabilidade da petição pelo Sr. Presidente e Secretário das Pescas, (foi dito, ficou esse?) que os Pescadores poderiam utilizar a Marina nos casos e condições acima citados, respeitando ao mesmo tempo, a utilidade turística para que a mesma tinha sido concebida.

É certo que nenhuma escritura ficou lavrada, como verdade será, que a nossa Televisão embora presente, não transmitiu essas bonitas e valiosas palavras, daí que poucas semanas volvidas, alguns Pescadores foram autuados, mas nem todos pagaram as respectivas multas e a esses nada mais aconteceu. Os argumentos do Sr. Comandante Marítimo de Quarteira, eram a ignorância total, das facilidades concedidas pelo Sr. Presidente da República.

A partir de então, muito embora os responsáveis pela Marina ainda não tenham negado abertamente a utilização da mesma aos Barcos de Pesca, já muitas atitudes têm sido tomadas, que em boa verdade, merecem o nosso reparo. Primeiro: foi o não fornecimento de combustível a quem utilizasse a Marina, depois a ordem para não matricular mais Barcos em Quarteira, isto segundo se diz, no sentido de travar o aumento no número de embarcações, para não aumentar o número de presenças na Marina. Mas, os Pescadores que ao longo destes quatro anos, têm demonstrado que ainda pertencem ao número dos que querem trabalhar,

logo descobriram um furo, começaram por matricular Barcos noutras praças, pescando depois em Quarteira.

Depois surgiu outra habilidade, na Capitania de Quarteira: a autorização para a inscrição de novos barcos implicava a exigência de os seus proprietários assinarem um documento em que se comprometiam a não utilizar a Marina.

Se é verdade que esta exigência foi imposta, não discordamos porque, de facto, a Marina foi feita para barcos de recreio e não para barcos de pesca. A sua dupla utilização prejudica o turismo.

Mas também temos de reconhecer e realçar que, até ao aparecimento da Marina, o rendimento do pescado em Quarteira nunca ultrapassou os oito mil contos anuais. Em contrapartida, em 1977, as vendas anuais aproximaram-se dos oitenta mil contos. Se tivermos em conta que terão sido vendidas muitas toneladas de peixe sem passar pela Lota, quantos mais milhares de contos registaram as estatísticas oficiais? Temos de concluir que nem Quarteira nem os seus pescadores podem prescindir da Marina. Quando nos lembramos que o grande lema deste País é criar postos de trabalho e especialmente produzir alimentos e incrementar o Turismo, já que o mesmo constitui uma das nossas fontes de divisas, ficamos a pensar que algo não está certo.

Agora só há uma saída viável: construir quanto antes, uma Docagem para barcos de pesca, para que estas duas indústrias não se choquem e para que os interesses regionais e nacionais não sejam afectados por mais tempo.

MIRÁCULO

PROPRIEDADE

VENDE-SE, de boa terra de semear composta de amendoeiras, figueiras, oliveiras e alfarrobeiras.

Informa na R. Condestável D. Nuno Álvares Pereira, n.º 3 ou na R. do Matadouro, 4, em Loulé.

CARIMBOS

Executam-se na
GRAFICA LOULETANA

Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 62536 — LOULÉ

CONSTRUÇÕES VILAMOURA, S. A. R. L.

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1976

Relatório do Conselho de Administração

Srs. Accionistas:

1 — No decorrer de 1977 o conselho de administração da empresa prosseguiu a orientação definida genericamente em 1976 e estabeleceu conjuntamente com a sua principal cliente e associada, a LUSOTUR, a política de relações e existir entre as duas empresas.

2 — Ao longo deste exercício a empresa continuou a viver momentos de dificuldades, aliás expressas nos resultados do exercício, o que derivaram fundamentalmente dos seguintes factores:

— Volume de obras adjudicado pela LUSOTUR considerado insuficiente face à capacidade potencial de C. V..

— Dificuldade na adjudicação de obras fora de Vilamoura, apesar dos esforços realizados através de presenças em concursos, designadamente no segundo semestre de 1977.

— Insuficiências na articulação entre os técnicos de LUSOTUR e de C. V., quanto ao acerto dos pormenores técnicos das obras adjudicadas.

— Baixa de produtividade do pessoal da empresa.

3 — A reestruturação da empresa em todos os seus aspectos designadamente no humano, no financeiro e no equipamento e métodos de actuação, foi uma preocupação constante dos administradores e foram já concretizadas algumas medidas tendentes a

alcançar-se no prazo de dois anos, os objectivos definidos.

De entre essas medidas destacam-se as seguintes:

— Transferência para a LUSOTUR de algum pessoal administrativo e do pessoal do serviço de infraestruturas.

— A não aceitação de pequenos trabalhos e incumbências que a LUSOTUR ou os residentes em Vilamoura, habitualmente canalizavam para C. V., e que não sendo vocação desta só traziam encargos não compensados e perturbações nos serviços.

— Definição de normas de admissão de pessoal eventual.

— Acompanhamento mais atento dos aspectos relacionados com a disciplina no trabalho e o absentismo.

— Sistematização na pesquisa e definição de obras no exterior de Vilamoura.

— Definição quanto ao interesse em manter o equipamento Outinor tendo-se optado pela sua venda logo que se concluam os blocos de apartamentos designados por Grupo 100, uma vez que se concluiu que as suas exigências específicas de aplicação não se coadunam com o tipo de obras a que a empresa se dedica nem com os actuais condicionalismos de aquisição de materiais.

4 — No conjunto das centenas de obras executadas há a destacar as seguintes por serem as que se inserem na linha de vocação de C. V., face à reestruturação que se pretende:

— Continuação de acabamentos e alterações nos blocos A3 e A6, do edifício de Vestíários e

Balneários e do Bloco de Apoio de Vilamar.

— Arranque e prossecução da Passagem Coberta e das duas piscinas da Zona Vedada de Vilamar.

— Conclusão do Edifício de Administração — Recepção de Vilamar.

— Prestes a conclusão da nova carpintaria, casa do guarda e vedação dos novos estaleiros de C. V. na Zona Industrial de Vilamoura.

— Início e prossecução da construção das moradias S. A. V. (1.ª fase).

— Iniciados os trabalhos preparatórios e de arranque da obra da Pastelaria, Café e Self-Service de Vilamoura.

— Execução das infraestruturas nos S. T. M. (1.ª fase).

— Execução de aquedutos e outros trabalhos preparatórios para a obra da estrada de acesso à praia da Falésia de Vilamoura.

— Conclusão do acesso à Praça da Marina.

— Execução (quase total) da obra de Acessos aos Blocos Oeste da Marina.

— Estudos prévios para a urbanização a levar a efeito em Loulé (140 fogos).

De notar que a execução das principais obras foi grandemente prejudicada por:

— Falta de coordenação e sequência na adjudicação de algumas das obras por parte da LUSOTUR.

— Falta de rapidez e previsão na apresentação à LUSOTUR de propostas e orçamentos por parte de C. V..

— Deficiência quase generalizada dos projectos de Arquitetura (e outros) para execução.

— Falta de acompanhamento das obras em tempo oportuno por parte dos técnicos da LUSOTUR.

— Quantidade excessiva de alterações introduzidas nos projectos (por vezes em cima da hora) por parte da LUSOTUR.

— Falta de empenho e espírito de iniciativa na solução de «impasses» por parte dos técnicos de C. V..

— Evolução enorme e descontínua dos preços das principais matérias primas: cimento, britas, ferro, madeiras, cerâmicas, materiais de revestimento e canalizações, designadamente as de fibrocimento.

— Dificuldades enormes de fornecimento de materiais em prazos aceitáveis (há materiais que não se obtêm ou chegam a levar mais de um ano a serem entregues).

— Má qualidade de alguns materiais — e sem alternativa de substituição.

A acrescentar a estas anomalias há a registar ainda:

— Condições climatéricas pouco habituais com chuvas tais que impossibilitaram muitos trabalhos em tempo oportuno já que o terreno empapado nem permitia o acesso do equipamento aos locais da obra.

— Continuação de atitudes genéricas de pouco empenho nos trabalhos a executar, por parte dos trabalhadores.

— Parcial desmobilização dos «quadros» que continuam a não se sentir realizados profissional-

mente, e dos quais alguns vieram sofrendo solicitações aliciantes para empresas no estrangeiro.

5 — Em 1977 não se procedeu a qualquer revisão salarial, face às razões de necessidade concorrente e de coerência com a situação económica/financeira da empresa, tanto mais que o nível de salários e regalias sociais praticadas em C. V. são superiores ao deste sector de actividade.

6 — O exercício regista um prejuízo de Esc. 8 371 774\$70, cujas causas principais são apontadas no número 2 deste relatório.

Propomos que este prejuízo transite para o exercício seguinte.

7 — A terminar queremos expressar o nosso reconhecimento pelo apoio, nunca desmentido, que nos continuou a ser dado pela Administração da LUSOTUR não só na adjudicação de praticamente todas as obras que temos em carteira o que executámos como ainda todo o apoio financeiro sem o qual C. V. não teria subsistido.

Contamos que dentro do plano de intenções em estudo esse apoio continue a ser-nos dado em 1978 e 1979, mas dentro de um esquema de actuação programado no sentido desejável e já definido de atingirmos uma situação de real independência a médio prazo.

8 — Ao pessoal da empresa que, apesar de todas as vicissitudes, manteve um interesse permanente e espírito de colaboração no sentido de evitar o seu colapso e que não se deixou influenciar pelo clima de descrédito que alguns procuraram introduzir na empresa queremos testemunhar o nosso muito apreço certos de que serão estes os elementos base com os quais a recuperação futura de Construções Vilamoura será uma realidade.

Vilamoura, 23 de Março de 1978.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUSOTUR — Soc. Financ. de Turismo, SARL, representada por Eng.º Francisco Albuquerque e Castro

TINANDA — Soc. Imobiliária SARL, representada por Dr. Júlio Fernando da Cunha Baptista Coelho

BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO.

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas.

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, foi-me confiada a missão de como representante do Fiscal Único da vossa empresa, apreciar o Relatório, Balanço e Contas, do exercício de 1977.

Pude constatar pela verificação já antes efectuada, a perfeita observância das leis vigentes, quer no sistema de movimentação e articulação das contas, quer nos critérios valorimétricos de existências.

Na minha ainda breve interferência na vida da empresa, pude verificar as imensas dificuldades económico-financeiras, com as quais esta se debate e que encontram expressão no prejuízo do exercício. Apreciável é o esforço dos seus gestores na recuperação da empresa que começa já a definir novas linhas de acção tendentes a eliminar os seus maiores males, alá, perfeitamente definidos no Relatório do Conselho de Administração.

Pelo que me foi dado observar, sou do parecer que merecem aprovação o Relatório, Balanço e Contas do exercício.

Merce especial e encomiosa referência a forma cuidada como é tratada toda a documentação relativa à administração e gestão da empresa, pelo que ao verificar-la não podemos deixar de referi-la nem deixar de expressar um voto de louvor ao pessoal administrativo.

Vilamoura, 24 de Março de 1978.

(assinatura ilegível)

BALANÇO ANALÍTICO (Exercício de 1977)

	ACTIVO		Activo Líquido		PASSIVO		Passivo e Situação Líquida
DISPONIBILIDADES		Activo Bruto	Prov., Amort. e Reintegrações		DÉBITOS A CURTO PRAZO		
Caixa	551 036\$20			551 036\$20	Depósitos à Ordem	1 138 870\$90	
Depósitos à Ordem	71 880\$30			71 880\$30	Adiantamentos de Clientes	14 000 000\$00	
	622 916\$50			622 916\$50	Fornecedores, c/ gerais	10 598 593\$40	
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		5 550 823\$00	166 524\$70	5 384 298\$30	Forneced., c/ fact. em recepção e conferência	80 302\$70	
Clientes, c/ gerais	31 350\$60			31 350\$60	Sector Público Estatal	2 236 484\$10	
Fornecedores, c/ c	2 341 001\$80			2 341 001\$80	Outros Credores	1 573 749\$20	
Adiant. a Fornecedores	276 233\$60			276 233\$60	Prov. p. Riscos e Encargos	39 513\$40	
Outros Devedores	8 199 409\$00		166 524\$70	8 032 884\$30		29 667 513\$70	
EXISTÊNCIAS					PROVEITOS ANTECIPADOS		
Matérias Primas	10 832 651\$10		1 083 265\$10	9 749 386\$00	Receitas Antecipadas	175 107 541\$50	
Obras e Serviços em Curso	168 914 850\$30			168 914 850\$30			
	179 747 501\$40		1 083 265\$10	178 664 236\$30	TOTAL DO PASSIVO	204 775 055\$20	
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS		50 000\$00		50 000\$00			
Part. de Capital N/ Empresas	50 000\$00			50 000\$00	SITUAÇÃO LÍQUIDA		
	50 000\$00			50 000\$00	CAPITAL		
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					Capital Social	2 000 000\$00	
Eq. Bás. O. Mág. e Instalações	14 239 534\$20		9 608 263\$00			2 000 000\$00	
Ferramentas e Utensílios	510 630\$80		45 585\$80		RESERVAS		
Mt. Carga e Transporte	1 501 411\$90		1 150 890\$80		Reserva Legal	61 747\$10	
Eq. Adm. Soc. e Mob. Diverso	1 585 419\$50		895 713\$10			61 747\$10	
	17 836 996\$40		11 700 452\$70	6 136 543\$70	RESULTADOS TRANSITADOS		
CUSTOS ANTECIPADOS		517 350\$40		517 350\$40	Exercício de 1976	— 4 441 096\$40	
Despesas Antecipadas	517 350\$40					— 4 441 096\$40	
					RESULTADOS LÍQUIDOS		
TOTAL DE PROVISÕES		1 249 789\$80			Result. Correntes do Exercício	— 8 618 941\$40	
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES E REINTEGRAÇÕES		11 700 452\$70			Result. Extraord. do Exercício	268 986\$60	
TOTAL DO ACTIVO	206 974 173\$70	12 950 242\$50	194 023 931\$20		Result. de Exercícios Anter.	— 21 819\$90	
						— 8 371 774\$70	
O TÉCNICO DE CONTAS					TOTAL DA SIT. LÍQUIDA	10 751 124\$00	
Manuel Figueiredo Machado					TOTAL DO PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	194 023 931\$20	

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUSOTUR — Soc. Financ. de Turismo, SARL, representada por Eng.º Francisco Albuquerque e Castro

TINANDA — Soc. Imobiliária, SARL, representada por Dr. Júlio Fernando da Cunha Baptista Coelho

BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO

REFORMA AGRÁRIA

A dupla actuação do PS no Governo

Reina a consternação e indignação entre os agricultores do Distrito de Évora, quanto ao modo como vai prosseguir a reforma agrária. Com efeito, sabia-se que, por acordo PS-CDS, a reforma agrária seguiria por fases bem demarcadas, iniciando-se a devolução das propriedades com menos de 70 000 pontos, logo não abrangidas pela lei, seguindo-se a devolução das áreas de reserva aos agricultores expoliados, e, finalmente, continuariam as expropriações com a entrega simultânea das áreas de reserva correspondentes a essas expropriações.

Ora, segundo informações colhidas junto do Centro Regional de Reforma Agrária de Évora, soube-se que há instruções do Minis-

tério da Agricultura para se expropriarem, imediatamente, novas herdades. Os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, que têm incompreensível acesso a todas as decisões do MAP, apressaram-se a entregar uma lista de 40 herdades a expropriar, ao Centro de Reforma Agrária. Os técnicos deste Centro informaram que as suas instruções são para expropriar, pelo menos, uma herda imediatamente. Os próprios agricultores, eventualmente em causa, estão a ser chamados ao Centro.

Isto contraria o que se sabia sobre as condições do acordo PS-CDS, e, também aqui, surgem os efeitos do pacto subterrâneo e ilegal PS-PCP, para a agricultura portuguesa.

A lei é a mesma, mas o Ministro é outro

Este é um caso concreto que se passa com 4 agricultores, proprietários da herda da Coura, em Santiago do Escoural, no concelho de Montemor-o-Novo:

Em 7 de Novembro passado, e em resposta a uma exposição feita à Secretaria de Estado da Estruturação Agrária por estes agricultores, sobre a cortiça da sua herda expropriada e na posse dumha Unidade Colectiva comunista, foi-lhes enviado o seguinte ofício, através do Centro de Reforma Agrária de Évora, o qual transcrevemos parcialmente:

«— A cortiça de extração de 1977 encontra-se abrangida pelas medidas consignadas no Decreto-Lei 260/77, de 21 de Junho;

— Não foi cumprido (pela UCP) o disposto naquele preceito legal, nomeadamente o depósito de dinheiro na Caixa Geral dos Depósitos, à ordem do Instituto dos Produtos Florestais;

— Cabe a V. Exas., como proprietários, uma percentagem prevista no Decreto-Lei, percentagem essa que V. Exas. não podem usufruir, pelo não cumprimento da lei;

— Devem V. Exas. intentar ação de reivindicação da percentagem que a lei vos concede, sobre o produto total da venda, contra o comprador, no tribunal respectivo».

Assinava este ofício, o eng. técnico agrário Espadinha Serrano, nesta data, director do CRRA de Évora.

Nessa altura, portanto, e segundo o decreto-lei 260/77, os proprietários das herdades expropriadas tinham direito a uma percentagem do produto da venda da cortiça, que recebiam imediatamente, embora, é certo, as Autoridades se confessassem incapazes de fazer cumprir a lei.

Sobre este mesmo assunto, e em 5 de Abril deste ano, estes agricultores receberam um novo ofício da Secretaria de Estado das Florestas, que transcrevemos também parcialmente:

«Em cumprimento do despacho do Senhor Secretário de Estado das Florestas, de 16 de Março p.p., e de acordo com o parecer da Auditoria Jurídica do MAP, informa-se que, em virtude da cortiça, a que se faz referência, ter sido extraída em 1977, com idade de 9 anos, e a expropriação da propriedade se ter verificado em 1976, não são aplicáveis as disposições constantes do Decreto-Lei 260/77, de 21 de Junho».

Assina o Chefe do Gabinete do Secretário de Estado das Flores.

Com este caso ilustra-se o que se passa com o problema das cortiças das herdades expropriadas. Azevedo Gomes não conseguiu fazer aprovar, pelo Conselho de Ministros, um novo Decreto-Lei sobre a propriedade da cortiça, em benefício das UCP's, mas, por intermédio de despachos, que tenta fazer passar despercebidos, faz uma interpretação das leis em vigor como lhe interessa, isto é, tores. Com este procedimento sempre em desfavor dos agricultores, contra a mais elementar justiça, contribui para a desorganização da vida económica portuguesa, para a instabilidade social e para a ilegalidade que reina na zona de reforma agrária.

Este caso ultrapassa o simples roubo de cidadãos, porque o que é verdadeiramente desastroso para o País é a insegurança motivada pela desonestade de governantes, e pela sua parcialidade partidária.

VACAS DE CARVALHO

PROPRIEDADE RÚSTICA COMPRA-SE

Propriedade rústica, com cerca de 50 hectares, compra-se de preferência que se situe na zona litoral do Algarve entre Tavira e Albufeira, com laranjais.

Dirigir carta e este jornal.

VENDE-SE Terreno para construção

VENDEM-SE 10.400 M² DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO, A 50 METROS DA VILA.

NESTA REDAÇÃO SE INFORMA.

(2-1)

SURDOS CASA SONOTONE

Últimas novidades em aparelhos auditivos. Óculos só de encostar à cabeça sem fios nem pipetas. Se tem falta de percepção procure-nos a fim de fazer um exame e uma demonstração que é gratuita. Prestamos assistência técnica. Pilhas de todas as voltagens. LARINGES ELECTRÓNICAS para os operados à laringe. Pedimos uma visita nas seguintes Localidades:

DIA 30 DE MAIO, 3.^a FEIRA

LAGOS	— Farmácia Silva	— Das 9 às 10
PONTIMÃO	— Farmácia Central	— Das 11 às 12
S. BARTOLOMEU		
DE MESSINES	— Farmácia Algarve	— Das 15 às 16
LOULÉ	— Farmácia Chagas	— Das 17 às 18

PORTUGUÊS

A seguir para Alemanha, deseja companhia com carta de condução.

Nesta redacção se informa.

(2-2)

J. Luís Brito da Maia

ADVOGADO

ESCRITÓRIOS :

Rua de Santa Justa, 82-1. ^a	Tel. 321505 — LISBOA
Rua da Trindade, 12-1. ^a -Esq.	Tel. 24505 — FARO

(6-1)

CONSTRUÇÕES VILAMOURA, S.A.R.L.

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No cumprimento do disposto no art.º 2.^o do Decreto-Lei n.º 47/77 de 7 de Fevereiro, rescrevem-se abaixo as contas de balanço e demonstração, que merecem referência no presente anexo.

1 — Relações com Associadas

LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, S.A.R.L.

	Débitos	Créditos
Clientes	793 874\$10	
Clientes c/ Adiantamentos		14 000 000\$00
Fornecedores		3 095 364\$30
	793 874\$10	17 095 364\$30

2 — Existências

2.1 — Matérias Primas

À semelhança dos anos anteriores foi aplicado o critério de valorização ao preço médio de custo, movimentando-se esta conta pelo sistema de inventário permanente.

2.2 — Obras em Curso

Esta conta foi movimentada a custos reais, excepto na sua subconta «Encargos Sociais», que reflecte uma taxa fixa. Para o seu movimento foi utilizada a classe 9, sofrendo a conta correspondente na classe 3, uma variação de 55 mil contos no final do ano, referente ao aumento de produção ao longo do exercício.

3 — Débitos c/ o Pessoal

No final do exercício esta conta apresentava um saldo de escudos 134 619\$10, valor de vencimento ainda nos cofres da empresa. Não se registam débitos do pessoal.

4 — Despesas c/ Pessoal

Ordenados e Salários	32 052 840\$60
Remunerações Adicionais	9 878 129\$90
Encargos s/ remunerações	8 416 844\$40
Outras Despesas c/ Pessoal	2 709 495\$00

5 — Existências fora da empresa

Esta conta regista um valor total de Esc. 517 350\$40, valor que corresponde às mercadorias que no dia 31/12/77, não tinham dado entrada nos nossos armazéns.

6 — Capital Social

Titulares	N.º	Acções	Valor Nom.	%
LUSOTUR — Soc. Financeira de Turismo, S.A.R.L.	1 940	1 940 000\$00		97
TINANDA — Soc. Imobiliária, S.A.R.L	50	50 000\$00		2,5
Outros Acionistas	10	10 000\$00		0,5
	2 000	2 000 000\$00		

7 — Imobilizações Financeiras

Em mapa separado publica-se inventário desta conta. (Decreto-Lei n.º 147/72 — art.º 2.^o n.º 1).

8 — Movimento das contas de Provisões

CONTAS	S. Inicial	Reforço	Reposição	Saldo Final
Prov. p.º Cob. Duv.				
E. O. Riscos e Enc.	146 810\$50	59 227\$60		206 038\$10
Prov. p.º Depreciação				
Existências	1 138 815\$00		55 549\$90	1 083 265\$10
	1 285 625\$50	59 227\$60	55 549\$90	1 289 303\$20

9 — Contas de ordem

9.1 — Títulos em Caução e Credores P/Títulos em Caução	Registam o valor das acções da empresa, que caucionam o mandato de Administração.
LUSOTUR — Soc. Finan. de Turismo, S.A.R.L	50 000\$00
TINANDA — Soc. Imobiliária, S.A.R.L	50 000\$00

100 000\$00

9.2 — Letras Descontadas e Credores P/ Letras Descontadas	Regista a responsabilidade da empresa perante as instituições bancárias, onde foram apresentados a desconto os títulos representativos de dívidas.
Banco Português do Atlântico — Faro	1 199 509\$10
Banco Português do Atlântico — Loulé	117 604\$00

1 317 113\$10

9.3 — Devedores P/ Títulos Caucionados e Títulos Caucionados	Esta conta regista o mandato da empresa, no Conselho de Administração da Sociedade Agrícola de Vilamoura, S.A.R.L, Esc.
	50 000\$00

10 — Movimento das Contas de Situação líquida

CONTAS	Saldo Inicial	Mov. Exercício	Saldo Final
--------	---------------	----------------	-------------

O Algarve enriquece Portugal DIA DA MÃE

— DIA 28 DE MAIO

(Continuação da pág. 1)

se desprezou o homem rural que para se libertar e atingir um certo grau de cultura e dignidade tinha que abandonar a terra. Se por limitação própria o não conseguia, pelo menos obstava com o seu sacrifício que os seus filhos continuassem presos à terra, enviando-os para escolas onde adquirissem formação e cultura que as afastasse das grilhetas da escravatura que o meio rural constituía. Foi assim até à revolução de Abril e assim continuou, pois a maioria dos políticos apenas se aproveitou, demagogicamente, da miserável realidade agrícola para conseguir os votos do povo trabalhador que, embalado por falsas promessas, os seguiu cegamente, comprometendo a sua recuperação futura e a conquista efectiva da sua dignidade como homens absolutamente imprescindíveis à construção da Pátria livre que, sendo de todos, terá de ser justa e exemplar.

O Algarve que a serra separou geograficamente da Mãe-Pátria foi, politicamente, também, durante muito tempo, uma enteadia do país-Lisboa que nunca se preocupou grandemente com o que se passava na «zona moura» do seu império, sendo, os algarvios, os últimos a usufruirem das migalhas dos direitos que a generalidade dos portugueses já havia conquistado. Ir para Lisboa era o sonho dourado dos homens e mulheres da nossa terra.

Se muitos algarvios se foram da lei da morte libertando, foi porque o seu talento foi tão grande que as barreiras da má vontade não conseguiram segurá-los. Ser rural no Algarve era apenas uma forma de infelicidade para quem na vida outra sorte não tivera.

Mais colónia que província, o Algarve, era apenas amado pelos poetas a quem o mais belo canteiro do jardim à beira mar plantado, subjugava. Essa beleza ímpar foi, também, a causa da sua, embora tardia, relativa libertação, pois atrás dos poetas vieram os turistas que com menos romantismo mas igual encanto procuraram nesta terra o «relax» que a vida agitada dos seus mundos lhes não permite.

Com outros olhos começou a

VENDE-SE OU ARRENTADA-SÉ PADARIA «SANTA PRETA»

Por motivo de saúde, vende-se ou arrenda-se padaria de ramas e negócios afins, com muita clientela. Trata o próprio: José de Sousa Gomes — Avenida Marçal Pacheco, 147, Telef. 62318 — LOULÉ.

ser olhado o Algarve, constituída que foi na galinha dos ovos de ouro. Deixou de ser o último reduto da Pátria lusitana e passou a ser o El Dorado dos investidores. No entanto, o interesse dos homens de negócios limitava-se, somente, ao sector turístico que era o que «a priori» significava maiores lucros. A agricultura continuou a sua «via sacra» e as novas técnicas agrícolas quedaram-se para lá da serra, continuando os algarvios, em 1960, por exemplo, a utilizarem os mais rudimentares e primitivos apetrechos agrícolas e a cultivarem os mesmos produtos tradicionais, ou seja: figos, amêndoas, alfarrabas, alguns cereais e poucos produtos hortícolas onde era, naturalmente, possível.

Mais tarde, o Turismo, definindo-se como autêntica alavanca impulsora das outras actividades, começou por exigir dos agricultores algarvios mais engenho e arte, havendo, da parte destes, uma total entrega a terra que, finalmente, se demonstrava pródiga. Novas técnicas de capturação de água, espalharam por todo o Algarve poços artesianos e o que se queiro foi substituído pelo regadio que transformou completamente a paisagem e a economia agrícola do Algarve.

Pomares, hortas e estufas apareceram, graças ao poder empreendedor dos homens e ao magnífico clima que a Natureza nos deu. Todavia, o esforço individual dos agricultores algarvios carece de enquadramento colectivo para poder superar as dificuldades que, naturalmente, surgem no caminho de quem produz, pois a sociedade ainda não arranjou forma de proteger os agricultores dos seus parasitas, os intermediários, que, comprando barato e vendendo caro, «produzem» inflação e frustram os esforços de quem, tão ardorosamente, trabalha; por isso se impõe a criação de cooperativas agrícolas; não as do tipo «colectivista» que tolhem vontades e roubam estímulos, mas, sim, as que salvaguardando a iniciativa privada dos agricultores, estimulem o seu interesse com o pagamento justo dos produtos, colocando-os nos mercados nacionais e internacionais e ministrando-lhes conhecimentos técnicos de forma a poderem evoluir e produzir mais e melhor pois, só assim, poderão competir com os produtores estrangeiros nos mercados internacionais.

É um facto que a nossa entrada no Mercado Comum irá colocar a nossa agricultura em competição com os países mais avançados da Europa e isso implica um trabalho constante de investigação, a fim de podermos alcançar a supremacia que nos permita salvaguardar a nossa posição como país exportador.

Paralelamente, o governo terá que dotar o Algarve com uma escola agrícola moderna, equipada com um centro de investigação piloto para especializar os nossos técnicos e podermos produzir aqui o que de mais sofisticado existe na Europa agrícola e, sobretudo, antes da concorrência. Só assim os nossos «primores» serão considerados e disputados no estrangeiro, conseguindo elevados preços que nos proporcionem divisas e tornem porfícuo o nosso esforço.

Importa, todavia, aproveitar o turismo como veículo publicitário para os nossos produtos, pois, ao consumi-los cá e gostando, os turistas serão os primeiros a exigir a sua presença nos super-mercados das cidades onde vivem.

Se os nossos técnicos agrícolas dedicarem o seu tempo e ciência à investigação e criação de novos métodos de cultura e se os políticos apoarem um trabalho de transformação profunda das nossas estruturas agrícolas, então temos, finalmente, a agricultura como um autêntico sustentáculo da nossa economia e será um dos principais factores da influência na ultrapassagem da crise que ora sofremos.

A produzir «primores» agrícolas para exportar, o Algarve ajudará a enriquecer Portugal, ganhando assim o respeito e a consideração que lhe são devidas pela Nação Portuguesa.

LEONEL DE SOUSA

APROVADO O PROJECTO DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE

(continuação da pág. 1)
e muitos outros, no rol dos supra-partidários e dos supra-ideológicos.

Isto quererá dizer que, se as vias tantas vezes divergem, os fins podem coincidir, sem desprimo, prejuízo ou contradição dos ideários e princípios que os regem e informam.

Está, ao que se nos afigura, excluída a dúvida de que tanto a descentralização e, portanto, a regionalização dos estudos superiores é um imperativo ubliquamente admitido e que no aspecto particular da questão toma foros de legenda o caso da Universidade do Algarve, que acabou por dar em frente mais um passo conducente à sua concretização.

Mas, se aqui nos reportamos com certa ênfase, muito compreensivelmente, à implantação dos estudos superiores no Algarve, não serão (achamos conveniente acenar), os motivos «bairristas» que nos impelem a isso.

As razões e condições de tomogeo-educacionais predominantes no País são excessivamente parciais e grosso modo aberrantes e visivelmente hostis à população estudantil algarvia que desde há muito se reclama de um tratamento igualitário.

Será, sim, essa «assimetria» injustificadamente mantida durante tanto tempo e agora ainda vigorante que nos leva e levará a pro-pugnar a viabilização dos estudos superiores no Algarve em termos concretos e inofensivos.

Concordamos e defendemos naturalmente as vantagens da regionalização. Neste preciso âmbito do ensino ela deverá ser levada bem longe; os seus benefícios devem ser distribuídos o mais equitativamente possível e de modo acessível a todas as populações dos grandes centros urbanos ou fora deles, sem olhar a «status».

Mas entendemos, concomitantemente, que dada a amplitude de um tal projecto que a sua efectivação não se conforma com uma descentralização simultânea a qual ultrapassa decerto não só a nossa capacidade realizadora como, inclusivamente, a soma disponível dos nossos recursos económicos e humanos.

Desejamos e pretendemos uma regionalização, mas não a regionalização utópica, que visando o

(continuação da pág. 1)

Jarvis, mas também vivo «profundamente abalada» pela morte da minha mãe. Não vou empreender campanhas, nem coroar de rosas as «mães» de Loulé (se bem que me apetecia fazê-lo...), mas vou testemunhar, através de palavras simples e puras, o meu respeito e adoração, enviando uma mensagem de amor a todas as mães desta vila, porque esta «terra» tem a imagem de uma mãe que não morre... e quero homenagear a sua presença no simbolismo festivo deste grande dia — O DIA DA MÃE.

O poema «Ai, se tu fosses minha mãe!...» não é a pretensiosa dedicação da divulgação da minha poesia; é a evocação maternal em torno do amor; é a minha força afectiva numa linguagem que alcança a simplicidade e pureza, a ecoar um sentimento, ou uma amalgama de sentimentos:

AI SE TU FOSSES MINHA MÃE...
se tu fosses minha mãe
dar-te-ia um sol inteiro!

se tu fosses minha mãe
dar-te-ia a rosa branca do amor
[singelo!...]

se tu fosses minha mãe
dar-te-ia um mundo de sorrisos
[sorridentes!]

se tu fosses minha mãe
dar-te-ia...
sei lá o que se pode dar a uma
[mãe?]...
sei lá...

se tu fosses minha mãe
seria um sol o meu silêncio frio!

se tu fosses minha mãe
eu seria uma flor de pétalas vivas!

se tu fosses minha mãe
eu seria a serra da planície...
com papoilas a baloiçar
na brisa suave...

ai, se tu fosses minha mãe!...
(Maio de 1973)

DIA DA MÃE... Dou-vos as rosas brancas do amor!... Um mundo de sorrisos sorridentes!... Um beijo em botão.

Eu fico com a estrela da esperança e com a poesia de TAGORE:

«Onde é que me encontro?»
— pergunta a criança à sua mãe.
— «Tu estavas como um desejo escondido no meu coração.
Vindo do além, gémeo da luz matutina, tu flutuavas na corrente da vida universal, e viesste parar enfim neste meu coração.»

in «A Origem» (extracto)

L O U L É



ANTÓNIO DA PAIXÃO

ÁVILA

AGRADECIMENTO

Sua esposa a fim de evitar qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas, vem por este meio tornar público o seu mais profundo agradecimento a todas as pessoas que se dignaram acompanhar o saudoso extinto à sua última morada.

VENDE-SE BARATO

Telha Marselha usada.
Tratar na Rua António da Costa Ascensão, 9 — LOULÉ.

VENDE-SE

Citroen-mista 3 cv, em bom estado.

Nesta redacção se informa.

Artur Condinho & Guerreiro, Lda.

Face às necessidades de expansão exigida pelo crescente número de automobilistas que procuram os nossos serviços de assistência técnica, tornou-se imperioso abandonar as antigas e acanhadas oficinas para instalar a nossa firma na URBANIZAÇÃO EXPANSÃO SUL, onde esperamos continuar a merecer a preferência de quem queira distinguir-nos com a sua preferência e amizade.

Para problemas de pneus prefira a firma especializada:

TECNIPNEUS

URBANIZAÇÃO EXPANSÃO SUL — TELEF. 62397

L O U L É

PIRIMOR

Com PIRIMOR não há «PIOLHOS» que resistam.

PIRIMOR o afida que destrói totalmente os «PIOLHOS», protegendo as abelhas e os insetos úteis.

PIRIMOR

O «MATA PIOLHOS» ao Serviço da Agricultura.

Pedidos a:

TECNIALGARVE — Estrada da Penha, 28-A — FARO

Telef. 26424

(4-2)

A IMPRENSA REGIONAL

Por LUÍS PEREIRA



Amigos e Companheiros

Não faltando por aí os boqueiros pintados de bisbilhotice dos linguaiores das tascas e dos becos lamacentos regateando a escazez de miolo da imprensa regionalista mas que desconhecem efectivamente os problemas da mesma. Não são apenas os graves problemas técnicos e financeiros que sangram os sentidos da informação regional. Em todas as esquinas a gentalha móope, cega de angústia e de revolta, olhavos de esguilha pelo simples facto de não enveredarmos pela informação viciada e tantas vezes subjugada à partidarite, ornada de frases e chavões que infelizmente ainda entoam seus cânticos de guerra nas famílias provincianas, de alma amortinhada, sedentas de justiça, mas ainda irremediavelmente mergulhadas no obscurantismo de mais de meio século.

En quanto a incerteza e a intranquilidade definirem o estatuto maledico da nossa sociedade amordaçada, a imprensa regional continuará carecida de sumo e provavelmente alheia às manobras dos escaravelhos rabugentos que a todo o custo tentam desacreditar as vozes sinceras da província servindo as regaladas etiquetas da má-fé e os palavrões dos chulos de espírito.

De nada servirá evocar a cultura como a alma do povo enquanto o despontar da burrice, da canalhice e da vigarice, traduzir a centralização da mesma e afastar os mais necessitados do direito ao seu desenvolvimento intelectual e ao aproveitamento do seu espírito criador. No entanto, é de reconhecer o papel importante de determinada imprensa regionalista na defesa intransigente destes altos valores democráticos e humanistas, que ao contrário dos jornais de dimensão nacional, sobretudo os estatizados, tem procurado não ser a morfina delirante que nos volteia o cérebro e nos transforma em loucos sem propósito ou em simples maquinismo em fúria.

A informação regional é ainda a salvaguarda dos interesses regionais, nomeadamente dos interesses dos agricultores que continuam indignadamente esquecidos e se peça constantemente é porque os búzios da platina só assomam suas antenas ao postigo para olharem às suas conveniências político-religiosas.

Não nos devemos admirar com o charro barato que se vende na maioria dos jornais estatizados e não só. A burocacia só reina sob os desnígios da mentira e dos escândalos financeiros aproveitando os literatos das vergonhas para lançar diariamente a saliva peganhosa que nos cola à podridão da sociedade que somos.

Meus amigos

Os problemas da imprensa regional carecem de ser vistos em moldes fundamentalmente práticos. O contacto do jornalista com as povoações rurais é ainda muito difícil visto que a morte lenta do diálogo, guardado há tanto tempo em prateleira fechada, contribuiu para o desenvolvimento do mutismo e impediu que a cultura chegassem à província.

A contaminação da estupidez tem sido uma constante de certos órgãos de comunicação social que servindo sempre o «regimen» posto, propagandeariam a sua ideologia única e desprestigiam aqueles que dão os primeiros passos no jornalismo ou em outras actividades culturais, só porque se sentem incomodados com as verdades da nova geração. Deviam essas criaturas, se é que têm uma maior maturidade e experiência jornalística, corrigir os erros dos iniciados, incentivá-los ao seu aperfeiçoamento e não tentá-los

meter em depósito fechado ou em estufa fria através da perseguição, da violência até, em alguns casos.

É urgente acabar com o analfabetismo e levar a cultura a todos os cantos do País. A imprensa regional pode e deve servir a cultura e o Povo Português se se deixar dos ataques mesquinhos ao próprio regionalismo, que muitas vezes têm surgido pelo facto de, lá em cima, os seus patrões exigirem de punho fechado e dentes arreganhados o centralismo burocrático da informação e sua monopolização partidária.

Não basta desfraldarmos bandeiras, murmurarmos palavras, erguermos os punhos, corrompermos o sonho. É preciso amassar o pão, pisar a uva, talhar as calças. É preciso trabalhar no sentido do progresso e do bem-estar social e não olharmos o trabalho como privilégio de alguns. Todos temos o direito ao trabalho. En quanto o desemprego não for solucionado a par do aumento da droga, da criminalidade, da corrupção da nossa sociedade, a imprensa terá cada vez mais dificuldade em resistir à ameaça contínua de certas couves repolhudas que através da mentira, da violência e da propaganda viciada abafam a verdade e a informação objectiva e traduzem-na demagogicamente para a sua voz doentia.

No actual contexto social é necessário curar o mal pela raiz. Não basta fingirmos que somos gente.

Espero que a minha presença neste Encontro da imprensa regional tenha contribuído positivamente para o realismo de tal reunião.

Que me perdoem os meus murmurios de queixume e o transparecer de minha agonia demorada

Muito obrigado

x x x

N. R. — Este foi o trabalho apresentado pelo colaborador deste jornal Luís Pereira na reunião realizada em Tavira e comemorativa do 5.º aniversário do nosso prezado colega «O Tavira».

DESPERTAR DE VENDAS NOVAS DA TOR

Os jovens de Vendas Novas de Tor, (da freguesia de Querença) querem demonstrar que também eles são capazes de se valorizar desportivamente e fazer despertar a sua terra da apatia em que tem vivido.

Por isso vão criar o Grupo Desportivo de Vendas Novas da Tor. Para já e por isso vão organizar um festival desportivo que, embora modesto, será uma demonstração da vitalidade daqueles que não se conformam com a irritante modorra dos domingos parados às portas das tabernas.

Os jovens de Vendas Novas de Tor, querem enriquecer a sua terra e por isso esperam poder conviver no dia 27 de Maio com outros jovens também amantes do desporto ao ar livre e também desejosos de mostrarem a sua capacidade física ao serviço de desportos sadios e rejuvenescedores — que dão força ao corpo e espiritualmente os anima para novas tarefas ao serviço da comunidade.

Para começar, no dia 27 haverá apenas provas de Atletismo e para o seu êxito se conta com a presença de atletas de vários clubes algarvios praticantes do salutar desporto.

Felizmente que o entusiasmo dos jovens de Vendas Novas da Tor foi acarinhado pelo comércio

APONTAMENTO

SALIR — QUAL O SEU PROGRESSO?

Depois de alguns anos de ausência, voltei a Salir. E quando julgava que algo de novo ali fosse encontrar, apenas a sede da Freguesia me impressionou favoravelmente, não só pela sua conceção, mas também pela sua amplitude. Ela justifica, na verdade, uma palavra de louvor ao sr. José Viegas Gregório e a quantos com ele a tornaram possível. Está ali a verdadeira Casa do Povo de Salir.

Não se comprehende que Salir não disponha ainda de abastecimento de água e do indispensável saneamento para não falar já do estado deplorável em que se encontram certas ruas daquela terra.

Dizem-me que estão previstas, no plano das actividades municipais, obras que darão solução a algumas das deficiências apontadas. Mas não é suficiente constarem de planos. É necessário que se concretizem. É preciso que o povo exija, que se passe das promessas às realidades.

No Algarve, é sabido, as atenções vão todas para a orla marítima, devido ao turismo, em detrimento das terras do interior, o que é muito, também, para lastimar. É necessário ter em atenção o conjunto, não fazendo de uns, filhos, e de outros, enteados.

É tempo de justiça social, mas para isso há que assegurar igualdade de direitos e deveres a todos os povos do concelho, o que nem sempre tem acontecido.

Salir tem as suas tradições e também as suas pretensões. De

resto as suas belezas naturais e o valor económico que representa, justificam maior atenção, por parte da Edilidade, do que aquela a que tem sido votado.

Salir precisa despertar da sua letargia. É tempo de acordar, e de caminhar a passos seguros e certos para aquele ritmo de progresso a que tem direito. E oxalá assim aconteça, para que não tenhamos de voltar a perguntar:

SALIR — AFINAL QUAL O SEU PROGRESSO?

E. Machado Pinto

DIA MUNDIAL DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS

Transcorreu no passado dia 7 do corrente o Dia Mundial das Comunicações Sociais, data esta de significado evocativo, instituída pela Igreja Católica.

Serviu a efeméride para uma jornada de reflexão, vigília e oração devotadas aos Meios de Comunicação Social e à sua espírito missão a desempenhar entre a comunidade humana, tão carregada de responsabilidades.

ASSOCIAÇÃO DE PRISIONEIROS POLÍTICOS ANTIMARXISTAS

6.000 ANOS POR TEREM COMETIDO O «CRIME» DE NÃO SEREM COMUNISTAS!

COMUNICADO

Depois de alguns meses de inactividade forçada, devido a diversas dificuldades só agora superadas, o Conselho de Fundadores da APPAM — Associação de Prisioneiros Políticos Antimarxistas — acaba de realizar o seu I Congresso, com vista ao rápido e eficiente funcionamento da mesma.

A APPAM, como consta dos seus estatutos, «...destina-se a promover a solidariedade entre todos os portugueses que hajam sido vítimas de prisões ou per-

seguições por motivos políticos, divulgar as arbitrariedades de que foram objecto e realizar iniciativas no sentido de criar condições que impeçam que voltem a verificar-se actos semelhantes» (Cap. I, art.º 1.º).

Neste sentido, e paralelamente a todo o processo burocrático necessário, está em curso a criação de um Centro de Assistência Social que se propõe dar todo o apoio possível aos associados, mormente aos mais desfavorecidos.

Resumidamente, estão em estruturação as seguintes actividades:

- criação de um Corpo Clínico que dê assistência gratuita, se não a todos os sócios, pelo menos aos que, na situação de desemprego, não auferem os benefícios da Previdência estatal;

- assistência jurídica facultativa através dos advogados associados;

- criação de um serviço de Emprego;

- criação de um Fundo de Socorro Social que permita apoiar os associados em situações mais desesperadas.

Para já, conta a APPAM com o apoio de vinte e um médicos, nove enfermeiros e sete advogados na cidade de Lisboa. Igualmente se verificam numerosas admissões pela província, esperando-se poder abrir, a curto prazo, delegações em várias localidades do País.

Segundo os estatutos, poderão associar-se, não só os indivíduos que sofreram prisão por motivos políticos, como todos os que foram vitimas de qualquer tipo de medidas persecutorias ou discriminatórias, tais como perda de nacionalidade, ordens de captura, expulsão, interdição de saída do País, residência fixa, congelamento de bens e demissões ou saqueamentos dos seus empregos, e ainda os que, por qualquer forma, os hajam defendido, protegido ou procurado pôr cobro à sua situação.

A APPM terá a sua sede na Rua Tomaz Ribeiro, n.º 8, r/c-esq., onde todos os interessados poderão pedir esclarecimentos ou fazer a sua inscrição.

Neste I Congresso foi ainda deliberado considerar o dia 25 de Abril o Dia do Prisioneiro Político Antimarxista em Portugal, já que esta data marca o início das perseguições movidas aos verdadeiros portugueses que, em apenas dois anos de «ampolas liberdades», totalizaram uns 6.000 anos de cárcere, enquanto o PCP se vançava dos 400 que os seus militantes sofreram durante os quase cinquenta da «negra noite fascista».

O Conselho de Fundadores da APPAM

«SUBSÍDIOS PARA A LOCALIZAÇÃO

DE FARROBILHAS

ANTIGO PORTO TERMO DE LOULÉ»

pelo eng. Leal de Oliveira

O opúsculo intitulado «Subsídios para a localização de Farrobilhas», da autoria do eng.º Leal de Oliveira, com que fomos deferentemente obsequiados com um exemplar, é síntese de um árduo estudo, de atentar e paciente investigação, que alia à consulta e citação históricas um curiosíssimo cotejo pedológico, só possível de levar por diante por quem dotado de experiência técnica.

Como por aqui se poderá concluir os «Subsídios» vertentes contêm elementos de meridiana valia que muito contribuem para dar resposta a uma série de enigmas e de dúvidas mantidas de pé até há pouco.

Está comprovado que a costa actual do Algarve não condiz com o traçado da costa algarvia de séculos atrás, e que a localização de factos históricos vacila por vezes ante as variações geológicas sofridas durante longo interim.

Tal o caso de Farrobilhas, considerado no seu tempo «porto termo de Loulé» e hoje mero ao que se aventa, neste ponderado estudo, nos assoreados terrenos do Ludo.

Indubitavelmente, este magistralmente concepcionado pelo eng.º Leal de Oliveira é credor de atenta leitura e do nosso inteiro aplauso.

Pelo mérito do trabalho executado, felicitamos o eng.º Leal de Oliveira e recomendamo-lo pela oportunidade e inteligência postas nesta publicação.

102.º ANIVERSÁRIO

DA MÚSICA NOVA

Completa no próximo dia 21 do corrente 102 anos de existência a Banda Filarmónica «Artistas de Minerva», vulgo Música Nova, depositária de longas e venerandas tradições.

Para assinalar a significativa efeméride a sua Direcção elaborou o seguinte programa:

— Dia 20/Maio/78 (sábado) — Às 22 horas, Baile de Aniversário na sua sede, abrilhantado por todo conjunto musical louletano;

— Dia 21/Maio/78 (domingo) — Às 10 horas, alvorada com

morteiros e foguetes, percorrendo a Banda Artistas de Minerva as principais ruas da vila; às 15 horas, romagem ao cemitério em homenagem aos falecidos e saudosos regentes Joaquim António Pires e Virgílio Joaquim de Sousa Viegas, músicos e sócios, interpretando a Banda, na circunstância, a marcha fúnebre «A Despedida»; às 17 horas, sessão solene na sede da Sociedade; às 18 horas, concerto no coreto da Avenida José da Costa Mealha; às 20 horas, jantar de confraternização num restaurante desta vila.

TRESPASSA-SE

Boutique «Shura» em Quarteira, na Rua Vasco da Gama.

Trata no próprio local.